



33216206

08129.006507/2023-37



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos

PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 04/2023

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos

Nome da autoridade competente: Marta Rodriguez de Assis Machado

Número do CPF: 237.061.158-47

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Portaria SE/MJSP Nº 1.411, de 25 de novembro de 2021

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: 200246/00001, FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS

Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: 200246/00001, FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

Nome da autoridade competente: Mario Santos Moreira

Número do CPF: 764.386.357-15

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: Gerência Regional de Brasília - GEREB - FIOCRUZ

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Portaria Nº 2.277-MS, de 13 de abril de 2023

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

Número e Nome da Unidade Gestora - UG responsável pela execução do objeto do TED: Fundação Oswaldo Cruz - 254420/025201

3. OBJETO

Promoção de ações territoriais de prevenção ao uso de drogas, articulação intra e intersetorial dos serviços e formação de profissionais para o fortalecimento e integração da política pública sobre drogas no País.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED

Este Projeto possui como escopo o fortalecimento das políticas públicas sobre drogas no País, com ênfase em produção de diagnósticos locais sobre problemas e capacidades institucionais, análises estratégicas de melhores práticas, preparação de conteúdo para capacitações e disseminação de conhecimento. Estrutura-se a partir de três metas: (I) Disseminação de estratégias de prevenção do uso de substâncias psicoativas com base em evidências; (II) Articulação intra e intersetorial entre o Sistema Único de Saúde - SUS, o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP, bem como a integração desses serviços ao sistema de justiça criminal e políticas penais para ampliar o acesso a direitos sociais e a responsabilização adequada e proporcional, em consonância com as diretrizes e objetivos do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD; e (III) Qualificação da atuação de profissionais para abordar e atuar com populações vulneráveis, com foco nas pessoas que usam drogas.

Além disso, propõe-se articular outra meta de incidência direta, a saber, Meta 4 - Execução de projetos de acesso a direitos e atendimento a demandas relacionadas ao uso prejudicial de álcool e outras drogas, no âmbito da Estratégia Nacional de Mitigação e Reparação de Danos Gerados por Tráfico de Drogas em Territórios e Populações Indígenas por meio do CAIS Povos Indígenas.

Por fim, propõe-se uma meta estratégica, Meta 5 - Gestão e Comunicação, Transversalidades e Desenvolvimento Educacional e Institucional, dedicada à gestão e sustentabilidade das ações. Esta meta atuará na gestão integral do projeto, promovendo a intersecção entre as metas finalísticas de atuação. Para tanto, desenvolverá instrumentos e métodos de gestão que permitam articular as ações do TED com as ações institucionais da SENAD e com os temas mais amplos que envolvem a política sobre drogas, na perspectiva de integração no SISNAD e de incorporação das temáticas transversais, em especial os marcadores sociais das desigualdades, como princípios orientadores das ações realizadas. Atuará também na publicização dos atos realizados e no desenvolvimento de competências institucionais, promovendo ações de comunicação e de formação profissional para diferentes atores do campo.

Pretende-se garantir a efetividade das políticas públicas relacionadas às drogas, promovendo a reinserção social, o cuidado e o tratamento adequado, além de uma responsabilização proporcional das infrações penais. A integração intra e intersetorial, o fortalecimento dos vínculos familiares e o acesso a direitos sociais são premissas fundamentais para enfrentar os desafios históricos e ineficácias das respostas institucionais relacionadas à política de drogas.

Este Projeto ancora-se no princípio de que ações transversais que perpassem a interface saúde-justiça devem ser construídas de forma coletiva, envolvendo as diferentes instâncias de gestão, diferentes atores institucionais e a comunidade; para que sejam perenes, sustentáveis e efetivas. A criação de condições para governança do Projeto, bem como o monitoramento e avaliação de todo o processo, constitui-se como pilares fundamentais para o alcance das metas e dos resultados esperados.

A execução das metas é concomitante, de forma que as atividades acontecerão simultaneamente durante toda a vigência do projeto.

META 1. DISSEMINAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO DO USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS COM BASE EM EVIDÊNCIAS

Impulsionadas pelo plano de enfrentamento ao crack (BRASIL, Decreto nº 7.179 de 20 de maio de 2010), a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), do Ministério da Justiça, e a Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas (CGMAD), do Ministério da Saúde, em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), investiram, desde 2013, na adaptação, implantação, avaliação e difusão de três programas de prevenção do uso prejudicial de álcool e outras substâncias psicoativas entre educandos e nas famílias e comunidades brasileiras: Programa Famílias Fortes, destinado a famílias com crianças e adolescentes de 10 a 14 anos; o Programa Elos - Construindo Coletivos, dirigido a estudantes de 6 a 10 anos; e o Programa #Tamojunto, focado em estudantes de 13 a 14 anos. Tais estratégias foram selecionadas devido aos robustos dados de pesquisas internacionais que indicaram efetividade em proteger crianças e adolescentes de futuros usos prejudiciais de álcool e outras substâncias psicoativas em diferentes culturas.

A primeira meta deste projeto visa à implementação de estratégias de prevenção ao uso de substâncias psicoativas com base em evidências, voltadas às esferas familiar e escolar, mirando sua implantação nas 27 unidades da federação. A execução das atividades relacionadas a essa meta se dará em duas etapas, sendo a primeira de atualização e preparação de estratégias de implementação em até 16 municípios, selecionados a partir de critérios e procedimentos a serem pactuados entre SENAD e Fiocruz, para testes de metodologia de implementação; e a segunda etapa de expansão para todas as UF's, com alcance total de 62 municípios. Desta forma, os produtos ora previstos para a meta deverão respeitar o tempo de início e fim de cada uma das etapas.

A execução desta proposta está organizada em três metodologias de prevenção do uso de substâncias psicoativas visadas para implantação e disseminação no território nacional. São elas:

Metodologia Elos – Construindo Coletivos:

Prevê (a) estratégias lúdicas de mediação de relações sociais em sala de aula, (b) aumento da frequência de valorização do engajamento e de interações pró-sociais dos estudantes, (c) estabelecimento de combinados simples e claros, (d) apoio à formação de coletivos e (e) práticas de devolutivas não coercitivas. Diversas evidências do campo da prevenção apontam que estes elementos, trabalhados de forma sistemática, estão associados a dados de eficácia para a diminuição de riscos de uso e uso problemático de substâncias psicoativas, comportamentos em conflito com a lei e outros desfechos negativos em saúde mental na juventude e idade adulta, bem como ao aumento das taxas de conclusão do ensino básico (e.g., Kellam et al., 2008). A curto prazo, alinham-se a resultados como aumento do engajamento escolar e da cooperação entre pares e com educadores, bem como diminuição na incidência de conflitos, dispersões e rejeição entre pares em sala de aula (e.g., Bowman-Perrot et al., 2016). Dentre os benefícios reportados na literatura acerca desta metodologia, constam: a) redução da incidência de uso prejudicial de álcool, tabaco e outras substâncias psicoativas; b) redução da incidência de comportamentos e ideação suicida; c) redução da incidência de comportamentos em conflito com a lei; d) aumento das taxas de conclusão do Ensino Básico. A curto prazo, constam: a) melhora do engajamento escolar dos estudantes; b) diminuição da rejeição de pares; e c) diminuição da incidência de conflitos e dispersões em sala de aula.

Programa #Tamojuntó:

Originalmente denominado Unplugged, e batizado de Tamojuntó (#TJ) após adaptação cultural ao Brasil, esta metodologia de incidência em ambiente escolar para prevenção ao uso e uso prejudicial de substâncias psicoativas é destinada a estudantes de 13 a 14 anos. O princípio teórico da metodologia é o modelo de influência social global, que associa promoção de habilidades de vida, informações sobre substâncias psicoativas e promoção de pensamento crítico frente a crenças normativas. Em 2023, o programa se encontra em processo de análise científica e técnica, para ser ofertado em 2024. Dentre os benefícios reportados na literatura acerca desta metodologia, constam: a) redução da frequência de uso de álcool, tabaco e outras substâncias psicoativas; b) redução de episódios de bullying entre pares; e c) redução da incidência de episódios de binge drinking.

Programa Famílias Fortes:

Originalmente denominado Strengthening Families Program – SFP e rebatizado de Famílias Fortes (PFF) no Brasil, esta intervenção de prevenção ao uso e uso prejudicial de substâncias psicoativas atua pela via da promoção e do fortalecimento de vínculos familiares, sendo destinado a famílias com crianças e/ou adolescentes de 10 a 14 anos. A estratégia é estruturada em sete encontros com as famílias, nos quais oferta-se apoio para a promoção de habilidades parentais, estabelecimento de limites e cuidado. Para crianças e adolescentes, o programa desenvolve habilidades sociais e emocionais, incluindo resolução de conflitos e formas de lidar com a pressão de pares. Dentre os benefícios reportados na literatura acerca desta metodologia, constam: a) atraso na experimentação de álcool, tabaco e outras substâncias psicoativas; b) redução da frequência de uso de álcool, tabaco e outras substâncias psicoativas; c) redução na incidência de conflitos familiares; e d) melhora na coesão familiar.

Todas as atividades vinculadas propõem a incorporação de processos de monitoramento de fidelidade da implementação aos protocolos originais, os quais asseguram a qualidade da intervenção e visam aumentar a probabilidade de alcance dos resultados esperados. As atividades também preveem a incorporação de formação de formadores nacionais e locais e de estratégias de ensino a distância, procedimentos essenciais à ampliação da escala das ofertas no território nacional e ao aumento da cobertura em cada município participante.

Atividade 1.1: Atualização dos materiais de referência das metodologias de prevenção

A primeira atividade desta Meta diz respeito à atualização dos materiais de referência das três metodologias. Dentre estes materiais estão incluídos cadernos para formadores, guia para facilitadores (profissionais da assistência social, da educação e da saúde), materiais para supervisores, professores e alunos.

A atualização destes materiais se justifica em razão da necessidade de revisão de linguagens (escrita e visual) e contexto de referência das experiências e exemplos relatados, considerando, especialmente, os marcadores sociais das diferenças que são estruturantes na política sobre drogas no Brasil. Tal atividade, portanto, prevê o desenvolvimento de novas ilustrações, design gráfico, diagramação e glossário de termos, aprimorando os processos de adaptação cultural anteriormente realizados à época de adoção das metodologias no Brasil.

Produtos relacionados à Atividade 1.1:

- Produto 1.1.1 – Relatório de atualização de termos e linguagem escrita
- Produto 1.1.2 – Portfólio de novas ilustrações
- Produto 1.1.3 – Produtos diagramados e com design atualizado para publicação

Atividade 1.2: Modelo de implementação das metodologias

Ainda que acumulem um histórico de mais de uma década de adoção no Brasil, a implementação das metodologias nas diferentes localidades carece, ainda, de um modelo de implementação que permita planejar e monitorar suas diferentes fases numa perspectiva de construção e consolidação de uma política pública, coordenada pela SENAD, de prevenção ao uso de álcool e outras drogas.

Por esta razão, a atividade 1.2 debruça-se sobre a construção, parametrização e normatização deste modelo, sistematizando as diversas fases de implementação e monitoramento.

Produtos relacionados à Atividade 1.2:

- Produto 1.2.1 – Guia de implementação das metodologias de prevenção
- Produto 1.2.2 – Matriz de conteúdos e métodos para formação inicial dos atores relevantes para implementação das metodologias de prevenção
- Produto 1.2.3 – Instrumento de diagnóstico de localidades para implementação das metodologias

Atividade 1.3: Disseminação das metodologias para 62 municípios nas 27 unidades da federação

A partir da atualização dos materiais e da sistematização dos procedimentos de implementação, esta atividade prevê a paulatina implantação das metodologias nos territórios, com previsão de alcance das 27 unidades da federação.

A implementação pode ocorrer por diferentes arranjos locais, que incluem desde a pactuação das três metodologias com alta cobertura (ou seja, com índice elevado de alcance nos serviços de educação e/ou assistência social), ou a implantação de duas ou uma metodologia, com ou sem alta cobertura.

Nesta atividade, além da disseminação das metodologias, importa consolidar os mecanismos de monitoramento do alcance, dos objetivos e da fidelidade dos processos, a fim de assegurar, na perspectiva dos parâmetros de uma política pública, as condições necessárias para a replicação e ganho de escala no alcance territorial das metodologias.

Produtos relacionados à Atividade 1.3:

- Produto 1.3.1 – Manual de monitoramento da implementação e de fidelidade dos processos
- Produto 1.3.2 – Relatório da oferta de formação para os múltiplos atores envolvidos na implementação
- Produto 1.3.3 – Relatório do alcance de implementação nos 62 municípios das 27 unidades da federação

META 1: CRONOGRAMA DAS ETAPAS
Etapa 1: 26 meses

Atividade	Descrição
Preparar a implementação das metodologias	• Contratação de equipe técnica especializada para exercício das funções de supervisão e formação • Capacitação e/ou atualização formativa da equipe de formadores(as) • Atualização de materiais de referência • Elaboração de modelos de implementação das metodologias • Elaboração de modelo de Acordo de Cooperação Técnica para implementação e instrumento de diagnóstico do cenário de prevenção

	nas localidades • Pactuação de implementação com até 16 municípios, para teste de modelos de implementação • Impressão de materiais • Oficinas territoriais para formação geral sobre prevenção ao uso de álcool e outras drogas para atores relevantes dos territórios
--	---

Etapa 2: 30 meses

Atividade	Descrição
Implementar paulatinamente as metodologias de prevenção nas localidades, mediante parceria com estados e Distrito Federal e adesão de municípios, vinculando sua oferta ao seguimento de protocolos de monitoramento.	• Oferta de formações de formadores locais • Supervisão e apoio para a formação de facilitadores locais (profissionais das redes de Assistência Social, Saúde ou outro setor de interesse) realizada pela equipe de formação local • Implementação das metodologias nas localidades, com incorporação de fluxos de supervisão e monitoramento • Análise periódica da execução das metodologias, abrangendo sistematização de dados de alcance, fidelidade, indicativos de efeitos e incorporação das novas práticas

Meta 2: Articulação intra e intersetorial entre o Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e integração do sistema de justiça criminal e das políticas penais para ampliar o acesso a direitos sociais e a responsabilização adequada e proporcional, em consonância com as diretrizes e objetivos do SISNAD.

A segunda Meta deste Projeto debruça-se sobre o fortalecimento e integração da política sobre drogas na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS/SUS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o fortalecimento intra e intersetorial da política sobre drogas na relação com políticas públicas de acesso a direitos sociais, econômicos e culturais, tais como moradia, educação, trabalho e renda; sobre a garantia da participação social na formulação e no controle das políticas públicas sobre drogas; bem como a integração do sistema de justiça criminal e dos serviços penais às redes intersetoriais de atendimento e reinserção social.

Em relação ao objeto de experiência anterior de parceria entre a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por meio do Projeto Redes (Articulação Intersetorial de Políticas sobre Drogas), este Projeto inova fundamentalmente ao incorporar de forma destacada o sistema de justiça criminal ao diagnóstico situacional das políticas sobre drogas e às estratégias de articulação intersetorial e de fortalecimento e qualificação dos serviços de atendimento e de reinserção social, através, sobretudo, dos serviços penais. Tal inovação justifica-se pelo impacto estrutural das políticas sobre drogas no atual Estado de Coisa Inconstitucional do sistema prisional no Brasil.

Preliminarmente, as ações relacionadas a esta Meta exigem amplo diagnóstico das políticas públicas intersetoriais que se relacionam com a temática das drogas em cada território, de modo a permitir a elaboração de estratégias eficazes e customizadas a partir dos desafios, potencialidades e pontos de atenção dos diversos cenários locais e da interação e dos fluxos entre os seus diversos atores institucionais e sociais. Para tanto, serão implementadas assessorias técnicas em todas as unidades federativas, garantindo-se maior engajamento e interação técnica com os atores e serviços locais, com objetivo de fomentar e apoiar a efetiva implementação de programas identificados como prioritários pela SENAD/MJSP e gestões locais.

No que tange à delimitação das atividades desta Meta, destacam-se os seguintes percursos e entregas:

- a) implementação de assessoria técnica nas 27 unidades federativas;
- b) realização de diagnóstico situacional sobre as políticas de drogas e as políticas públicas intersetoriais, incluindo sistema de justiça criminal, políticas penais e conselhos participativos;
- c) identificação de territórios prioritários para ação do projeto;
- d) elaboração de diretrizes e recomendações para cada unidade da federação, conforme parâmetros e boas práticas nacionais e internacionais;
- e) elaboração de plano de ação customizado para unidades da federação prioritárias;
- f) capacitação e qualificação das equipes de atendimento;
- g) promoção de articulação intersetorial entre as diversas políticas públicas correlatas à política sobre drogas;
- h) fomento à elaboração e à implementação de protocolos e fluxos intersetoriais sobre atenção, cuidado, reinserção e responsabilização proporcional e adequada na seara das políticas sobre drogas;
- i) publicação de parâmetros objetivos para atuação de profissionais que lidam com a aplicação da Lei de Drogas.

Para a consecução dos objetivos e resultados deste Projeto, faz-se necessária a instituição de Equipe Técnica qualificada e com atribuições delimitadas para a gestão eficiente das estratégias e entregas previstas em diversos níveis. Tal Equipe deverá estabelecer processo de governança a partir da coordenação geral da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SENAD/MJSP), especialmente de sua Diretoria de Prevenção e Reinserção Social (DPRS/SENAD).

No que toca à gestão técnica do Projeto, ressalte-se a importância da integração das estratégias e atividades previstas com a estrutura e a capacidade técnica da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), considerando sua expertise de alto nível no tema das políticas sobre drogas e sua estrutura regional em Brasília, Rio de Janeiro, Amazonas e Pernambuco.

As ações relacionadas à segunda Meta do Projeto foram organizadas em 2 Atividades, detalhadas a seguir:

Atividade 2.1: Realização de panorama nacional de políticas intersetoriais sobre drogas

Esta etapa tem como escopo precípuo a realização de panorama nacional sobre a política de drogas e suas interfaces com as políticas setoriais nas 27 unidades federativas, bem como a elaboração de relatório técnico com recomendações e diretrizes para o aperfeiçoamento dos serviços de cuidado, reinserção social e de responsabilização no âmbito penal, conforme parâmetros nacionais e internacionais e boas práticas identificadas.

Por meio de implementação de assessorias técnicas em cada uma das 27 unidades federativas, será realizado levantamento sobre o conjunto de políticas públicas que se relacionam com as necessidades de pessoas em situação de uso problemático de álcool e outras drogas, principalmente a partir das políticas de justiça criminal, redes de saúde e proteção social e serviços penais, bem como sobre a atuação da sociedade civil, das universidades e de conselhos participativos sobre drogas. Além disso, caberá a esse ator o apoio à gestão local para implementação de programas identificados como prioritários pela SENAD/MJSP e gestão local.

Buscar-se-á identificar o estado atual das políticas públicas e dos seus fluxos e interações intersetoriais e mapear experiências de engajamento social, técnico e científico de organizações da sociedade civil, universidades e conselhos participativos sobre drogas. Ademais, haverá o mapeamento de atores e fluxos do sistema de justiça criminal e dos serviços penais no que toca ao cuidado, reinserção social e responsabilização de pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas.

Serão objeto do referido panorama as seguintes políticas e serviços, no que dizem respeito especificamente à temática de drogas em âmbito municipal e estadual:

1. Poder Executivo:

Sistema Único de Saúde, com ênfase na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS);

Sistema Único de Assistência Social, com ênfase no atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social associado ao consumo problemático de álcool e outras drogas;

Política Estadual de Segurança Pública, com ênfase nos parâmetros de apreensões de drogas e temas correlatos;

Política estadual e municipal específica sobre política de drogas;

Política estadual e municipal de acesso à moradia e atenção à população em situação de rua;

Política estadual e municipal de acesso à Cultura, Esporte e Lazer;

Política estadual e municipal de acesso à educação;

Política estadual e municipal de acesso ao trabalho e à profissionalização;

Políticas estaduais e municipais de diversidades;

Políticas estaduais e municipais de segurança alimentar e nutricional.

2. Sistema de Justiça:

Políticas e serviços penais estaduais (Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada; Centrais de Alternativas Penais; Central de Monitoração Eletrônica; Escritórios Sociais; e políticas diversas para pessoas egressas);
Núcleos e projetos temáticos do Ministério Público e da Defensoria Pública;
Grupos de Monitoramento e Fiscalização dos Tribunais de Justiça (GMF's).

3. Sociedade civil e participação social:

Conselhos estadual e municipal de política sobre drogas;
Fóruns participativos;
Organizações da sociedade civil que atuam no atendimento ou no controle social das políticas sobre drogas;
Universidades e grupos de pesquisa sobre drogas;
Conselhos de classe profissionais de áreas afins;
Cenas abertas de uso com intervenções estatais.

Com o panorama nacional realizado e com o consequente mapeamento da rede de políticas setoriais, deverá ser elaborado relatório técnico para cada unidade da federação contendo recomendações e diretrizes para o fortalecimento das políticas sobre drogas em cada área setorial, conforme parâmetros nacionais e internacionais, evidências científicas e boas práticas institucionais e sociais mapeadas.

Tal relatório técnico terá como referência os principais desafios, potencialidades e pontos de atenção em cada Estado e Município da Capital e balizará a definição de municípios prioritários para as intervenções e estratégias da Etapa subsequente.

Produto relacionado à Atividade 2.1, que será elaborado, publicado e disseminado:

Produto 2.1.1: Panorama Nacional da Política sobre Drogas em âmbito local para cada unidade da federação, contendo recomendações e diretrizes para o fortalecimento das políticas sobre drogas em cada área setorial, com ênfase nos serviços penais e serviços de Proteção Social Especial Média e Alta complexidade do SUAS e RAPS/SUS;

Atividade 2.2: Planos de Ação e Ciclos de Formação Estaduais

Esta Etapa possui como escopo fundamental a elaboração de Planos de Ação em unidades federativas prioritárias e o fortalecimento da qualificação e da efetiva integração entre os diversos serviços de atendimento e cuidado e os atores implicados no ciclo penal, com ênfase na porta de entrada e no atendimento a pessoas egressas do sistema de justiça criminal. O diagnóstico situacional e o respectivo relatório técnico da etapa anterior balizarão a confecção dos Planos de Ações Estadual e as metas para a qualificação e integração dos serviços.

A elaboração dos Planos de Ação para unidades federativas prioritárias será realizada a partir do diagnóstico e das diretrizes e recomendações elaboradas na Atividade 2.1, em diálogo técnico e político entre a Coordenação Executiva do Projeto e as assessorias técnicas em cada município prioritário. Cada Plano deverá observar os eixos estratégicos:

- i) fortalecimento e integração da política sobre drogas na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS/SUS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS);
- ii) fortalecimento intersetorial da política sobre drogas na relação com políticas públicas de acesso a direitos sociais, econômicos e culturais, tais como moradia, educação, trabalho e renda, entre outras;
- iii) garantia da participação social na formulação e no controle das políticas públicas sobre drogas; e
- iv) integração do sistema de justiça e dos serviços penais a redes intersetoriais.

A capacitação dos diversos atores da rede intersetorial de cuidado com pessoas que fazem uso de drogas e dos serviços penais assoma como estratégia fundamental para a efetiva integração e qualificação das políticas sobre drogas.

Nesse sentido, propõe-se a elaboração de projeto pedagógico de capacitação das equipes dos serviços penais, com foco no acolhimento e cuidado intersetorial de pessoas que fazem uso de drogas, nos parâmetros técnicos da RAPS/SUS, na política judiciária antimanicomial e no SUAS, contemplando, no mínimo, os seguintes serviços:

Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada;

Centrais Integradas de Alternativas Penais;

Central de Monitoração Eletrônica;

Escritórios Sociais; e

Políticas diversas para pessoas egressas.

A partir da elaboração de Planos de Ação para unidades federativas prioritárias, buscar-se-á a incidência para o fortalecimento das políticas intersetoriais e para o fomento à qualificação e à integração dos serviços e atendimento nas diversas políticas públicas para o cuidado de pessoas com necessidades relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas.

Esta estratégia de incidência territorial ocorrerá por meio da implementação de assessorias técnicas em cada uma das unidades federativas, de modo a permitir maior integração e capacidade de mudança dos diversos cenários locais. Para tanto, prevê-se, também, a realização de processos formativos presenciais e virtuais para a equipe de assessoria técnica territorial, a fim de promover o alinhamento técnico e conceitual com as diretrizes do projeto.

À luz das potencialidades e desafios das redes locais, o fomento à integração dos serviços e atendimentos terá como diretrizes as seguintes entregas e estratégias:

- Elaboração de metodologia para grupos de acompanhamento de medida cautelar diversa da prisão com a temática de drogas, a partir das Centrais Integradas de Alternativas Penais.
- Elaboração de fluxo intersetorial de atendimento nas audiências de custódia, a partir dos Serviços de Atendimento à Pessoa Custodiada.
- Elaboração de fluxo intersetorial de atendimento a pessoas egressas do sistema prisional, a partir dos Escritórios Sociais e de políticas diversas para pessoas egressas.

Nesta atividade, prevê-se ainda a elaboração e disseminação de parâmetros técnicos para a integração e qualificação dos serviços e políticas públicas que possuem interfaces com a temática das drogas, como entrega fundamental para a consecução dos objetivos deste Projeto, sobremaneira no que toca aos serviços penais e ao sistema de justiça criminal.

A partir do desenvolvimento das ações nas Etapas indicadas neste Projeto, serão elaborados, publicados e disseminados os seguintes documentos e parâmetros técnicos:

Diagnóstico Situacional da Política sobre Drogas no Brasil;

Guia Estratégico de Fluxo Intersetorial entre Justiça Criminal, Serviços Penais e Políticas sobre Drogas, conforme marco normativo e técnico nacional e internacional;

Manual com Parâmetros Objetivos para atuação de profissionais que lidam com a aplicação da Lei de Drogas.

Produtos relacionados à Atividade 2.2, que serão elaborados, publicados e disseminados:

PRODUTO 2.2.1: Relatório do Encontro de Formação das Assessorias Técnicas Estaduais selecionadas;

PRODUTO 2.2.2: Guia Estratégico de Fluxo Intersetorial entre Justiça Criminal, Serviços Penais e Políticas sobre Drogas, conforme marco normativo e técnico nacional e internacional;

PRODUTO 2.2.3: Projeto pedagógico de capacitação das equipes dos serviços penais;

PRODUTO 2.2.4: Manual com Parâmetros Objetivos para atuação de profissionais que lidam com a aplicação da Lei de Drogas;

PRODUTO 2.2.5: Relatórios descritivos e analíticos sobre execução de atividades formativas (execução do projeto pedagógico).

META 2: CRONOGRAMA DAS ETAPAS

Etapa 1: 20 meses

Atividade	Descrição
-----------	-----------

1. Implementação de assessorias técnicas nas 27 unidades federativas	Alocação e formação de 01 assessoria técnica em cada unidade federativa (26 estados e Distrito Federal), com as atribuições de realizar panorama nacional e, em municípios prioritários, fomentar a articulação intersetorial e a qualificação técnica das políticas públicas sobre drogas, das políticas penais e do sistema de justiça criminal, bem como apoiar a implantação de programas identificados como prioritários pela SENAD/MJSP e gestão local.
2. Realização de panorama nacional de políticas públicas intersetoriais sobre drogas em 27 unidades federativas	Elaboração de panorama nacional nas 27 unidades federativas, com foco nos respectivos municípios prioritários, das diversas políticas intersetoriais afeitas às políticas públicas sobre drogas, incluindo os serviços penais, o sistema de justiça criminal e os conselhos participativos.
3. Elaboração de Relatório técnico de recomendações e diretrizes para cada unidade da federação, conforme parâmetros nacionais e internacionais.	A partir do panorama nacional e de análise crítica sobre informações quantitativas e qualitativas levantadas no território, será elaborado relatório técnico para cada unidade federativa com recomendações e diretrizes para o aperfeiçoamento e adequação das políticas sobre drogas, conforme parâmetros e boas práticas nacionais e internacionais.

Etapa 2: 20 meses, somente nos territórios prioritários

Atividade	Descrição
1. Elaboração de Planos de Ação Estadual a partir de relatório técnico de recomendações e diretrizes para cada unidade federativa.	Serão elaborados Planos de Ação com metas e estratégias customizadas a partir do diagnóstico situacional e das recomendações e diretrizes formuladas na Etapa 1.
2. Elaboração de projeto pedagógico de capacitação das equipes técnicas das políticas penais sobre política de drogas e política antimanicomial.	Será elaborado projeto pedagógico de capacitação das diversas equipes implicadas no fluxo intersetorial entre as políticas de drogas e as políticas penais, com foco nas equipes técnicas do Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada; Centrais Integradas de Alternativas Penais; Central de Monitoração Eletrônica; Escritórios Sociais; e políticas diversas para pessoas egressas.
3. Elaboração de fluxos intersetoriais e diretrizes entre os serviços de atendimento, o sistema de justiça criminal e as políticas penais.	Serão elaborados e propostos fluxos intersetoriais entre as diversas políticas públicas afeitas à política sobre drogas, o sistema de justiça criminal e as políticas penais, envolvendo os serviços penais e respectivos órgãos gestores.
4. Elaboração e publicação dos seguintes documentos e parâmetros técnicos: Diagnóstico Situacional da Política sobre Drogas; Guia Estratégico de Fluxo Intersetorial entre Justiça Criminal, Serviços Penais e Políticas sobre Drogas; Manual com Parâmetros Objetivos para atuação de profissionais que lidam com a aplicação da Lei de Drogas.	Por meio de consultorias técnicas especializadas, serão elaborados e publicados os seguintes documentos e parâmetros técnicos: a) Diagnóstico Situacional da Política sobre Drogas no Brasil – Com o escopo de contribuir para o aperfeiçoamento, o compartilhamento de boas práticas e a leitura crítica e propositiva de gestores, profissionais, pessoas que usam drogas e sociedade civil em geral no que toca às políticas sobre drogas no Brasil. b) Guia Estratégico de Fluxo Intersetorial entre Justiça Criminal, Serviços Penais e Políticas sobre Drogas – Guia técnico destinado a gestores, equipes técnicas e atores do sistema de justiça criminal sobre parâmetros para o estabelecimento de fluxos intersetoriais na política de drogas no Brasil. c) Manual com Parâmetros Objetivos para atuação de profissionais que lidam com a aplicação da Lei de Drogas.

Meta 3: Qualificação de gestores e profissionais para abordar e atuar com populações vulnerabilizadas em situação de rua (PSR), com foco nas pessoas com demandas relacionadas ao uso de substâncias

O aperfeiçoamento da atuação de atores do campo da segurança pública na abordagem, na interação pessoal e no trabalho preventivo em relação a pessoas em situação de rua e em contexto de uso de álcool e outras drogas mostra-se como fundamental para a qualificação das respostas do Estado frente às demandas multissetoriais e complexas que envolvem a garantia de direitos fundamentais dessa população nos municípios brasileiros.

A ampliação e a complexidade das demandas que as pessoas em situação de rua apresentam nos centros urbanos deve exigir das políticas públicas atuação articulada, integrada e focada na necessidade de cuidado, de respeito à dignidade e à liberdade, de garantia de direitos e de fortalecimento das políticas públicas específicas no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

Nesse sentido, profissionais da Segurança Pública devem aprimorar suas percepções sobre as vulnerabilidades multidimensionais desse segmento e sobre a rede de atenção no âmbito da saúde e da assistência social, bem como qualificar seus direcionamentos de interação e abordagem visando à garantia das liberdades públicas, do direito de ir e vir e da promoção de acesso às políticas públicas e aos direitos sociais.

A meta 3 contemplará 3 atividades descritas a seguir:

Atividade 3.1: Curso de Formação para profissionais da segurança pública

No âmbito da execução do TED na Fiocruz, o NuPop Fiocruz Brasília é responsável pela Meta 3, coordenando o Colaboratório Nacional de População em Situação de Rua. O Colaboratório busca acompanhar, apoiar e qualificar as políticas públicas para esta população (PSR), sobretudo na perspectiva de garantia de acesso aos direitos fundamentais. As ações são realizadas por meio de duas frentes principais: os Polos Descentralizados, presentes em 5 capitais (Brasília, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba), que atuam como ponte entre a PSR, serviços locais (especialmente dos Sistemas Únicos de Saúde e Assistência Social), Instituições de Ensino e Pesquisa, entre outros agentes; e a Escola Nacional Pop Rua, que opera de modo itinerante (em âmbito nacional), promovendo a qualificação dos movimentos sociais ligados à PSR, fortalecendo sua atuação técnica e política.

O curso objeto desta Meta será direcionado à qualificação de profissionais que atuam junto a populações em situação de vulnerabilidade, com ênfase na população em situação de rua e nas demandas relacionadas ao uso de substâncias. A concepção e oferta do referido curso compreendem a execução das seguintes etapas:

- organização de uma oficina destinada à elaboração do Plano Político-Pedagógico;
- realização de 10 oficinas territoriais voltadas à escuta de profissionais das Guardas Cívicas Municipais, do SUS e do SUAS;
- produção de relatórios detalhados para cada uma das oficinas realizadas, acompanhados de um sumário executivo consolidando o diagnóstico elaborado a partir das escutas territoriais;
- desenvolvimento dos conteúdos programáticos do curso;

- e) elaboração de cadernos temáticos concebidos para subsidiar a qualificação dos profissionais que atuam com populações em situação de vulnerabilidade;
- f) criação de recursos educacionais que servirão como estratégias para disseminação do conhecimento.

Cumprir destacar que está prevista a oferta deste curso em dois momentos distintos: o primeiro, na modalidade de ensino à distância, com caráter autoinstrucional, integrado ao Programa Bolsa-Formação do Pronasci 2, em parceria com a SENASP; o segundo será realizado presencialmente, com enfoque prioritário na dimensão atitudinal da aprendizagem, utilizando técnicas como dramatizações de cenas que demandem dos profissionais o manejo de conhecimentos e habilidades desenvolvidos ao longo dos módulos. O ciclo presencial será realizado em 10 municípios, os quais serão definidos com base no diagnóstico resultante das escutas territoriais, na demanda identificada na etapa de ensino a distância e na seleção conduzida pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos.

Público: Profissionais da segurança pública

Locais: plataforma da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e 10 municípios a serem definidos

Produtos:

1. Curso de qualificação de profissionais da segurança pública

Oficina de construção do Plano Político-Pedagógico: etapa que visa promover a interação entre os conteudistas com os demais atores envolvidos na formação, incluindo a coordenação geral do projeto, representantes das Guardas Civis Municipais, entre outros. O objetivo central é alinhar expectativas, refletir sobre a metodologia proposta e debater sobre os conteúdos que serão abordados ao longo do curso.

Oficinas territoriais voltadas à escuta de profissionais das Guardas Civis Municipais, do SUS e do SUAS: o propósito é promover a escuta qualificada de profissionais das Guardas Civis Municipais, do SUS e do SUAS, com objetivo de compreender o nível de articulação entre os setores de segurança pública, saúde e assistência social. O conjunto de 10 oficinas, distribuídas nas cinco regiões do país com a seleção dos municípios apoiada pela SENASP, integra uma estratégia voltada à coleta de informações sobre práticas de abordagem a populações vulnerabilizadas já implementadas nos municípios, utilizando como critério a relevância das práticas de abordagem adotadas localmente para os objetivos do projeto. Os municípios selecionados foram: Niterói-RJ, Natal-RN, João Pessoa-PB, Aparecida de Goiânia-GO, Campo Grande-MS, Foz do Iguaçu-PR, Contagem-MG, Petrolina-PE, Boa Vista-RR e Macapá-AP.

Curso em duas etapas: uma inicial, na modalidade de ensino a distância, com caráter autoinstrucional, integrada ao Programa Bolsa-Formação do Pronasci 2, em parceria com a SENASP; e uma presencial, focada no desenvolvimento da dimensão atitudinal da aprendizagem, por meio de técnicas como dramatizações. A primeira etapa será oferecida no edital do Programa Bolsa-Formação, com os participantes posteriormente selecionados pela SENASP, seguida da oferta dos conteúdos na plataforma da ENAP. Adicionalmente, serão promovidas transmissões ao vivo (lives) com o objetivo de aprofundar os conhecimentos e dirimir eventuais dúvidas. A segunda etapa será executada presencialmente, em um ciclo realizado em 10 municípios, selecionados com base em diagnósticos das escutas territoriais, demandas da etapa a distância e critérios da SENAD.

O curso EAD terá 4 Módulos: Populações em Situação de Rua; Intersetorialidade; Saúde Mental e Álcool e outras drogas; e Equidade e Promoção de Cidadania.

Processo de Ensino EAD: O processo de formação de agentes públicos com preparação técnica, humana, ética e científica é fundamental para que a população tenha a proteção do estado garantida com a maior qualidade. A qualificação profissional é essencial para o bom desempenho profissional e atendimento das necessidades sociais, pois envolve o ser humano em situação de vulnerabilidade e as ações repercutem diretamente na recuperação de seu bem-estar físico e mental. Dessa forma, o papel dessa formação exige, além do domínio científico, o entendimento da necessidade do emprego de uma metodologia adequada à proposição da intervenção educacional nas suas diversas formas de apresentação. Assim, opta-se por trabalhar na dinâmica de Metodologia Ativa, tendo como ponto de partida a vivência e conhecimento do profissional/estudante e situação problema. Essa ajudará a identificar os principais problemas e realizar a escolha de temas, cuja problematização levará à conscientização, que redundaria na ação social e política no campo de ação do profissional/estudante. Tendo, assim, como pressupostos a aprendizagem significativa, aprender a aprender; aprendizagem ativa e aprendizagem por problemas, potencializando a ideia de que a formação dos profissionais seria o principal caminho para a consolidação de políticas públicas de segurança que garantam o exercício da cidadania, com respeito e atenção às situações singulares.

O pressuposto segue em direção à utilização de metodologias ativas de ensino e aprendizagem, que proponham concretamente desafios a serem superados pelos profissionais considerando o que os conhecimentos, habilidades e atitudes exigidos do profissional modificam-se, onde o ensino aprendizagem fundamental do curso é o aprender a aprender, através dos quais se reforçava a centralidade da aprendizagem ativa, em detrimento do quantitativo de aulas teóricas e expositivas.

O curso será baseado em experiências de práticas promissoras na abordagem às populações vulneráveis, trabalhando os conteúdos e temáticas de cada módulo a partir de experiências concretas. Cada módulo será acompanhado de um vídeo síntese, que apresenta os pontos de debate principais de cada módulo especificamente.

Transmissões ao vivo (lives): com o intuito de aprofundar os conhecimentos e dirimir eventuais dúvidas sobre os conteúdos do ciclo autoinstrucional, serão realizadas transmissões ao vivo (lives), pelo canal do YouTube da Fiocruz Brasília. As transmissões ocorrerão em formato online e permanecerão disponíveis no referido canal para consultas futuras.

Etapa presencial: Ao término do ciclo autoinstrucional, será realizada a etapa presencial com foco prioritário no desenvolvimento da dimensão atitudinal da aprendizagem. Essa fase utilizará técnicas como dramatizações de cenas que demandem dos participantes a aplicação prática dos conhecimentos e habilidades abordados em cada módulo.

Produtos relacionados à atividade 3.1, que serão elaborados e disseminados:

- Produto 3.1.1: Projeto político-pedagógico para desenvolvimento do curso;
- Produto 3.1.2: Oficinas territoriais voltadas à escuta de profissionais das Guardas Civis Municipais, do SUS e do SUAS;
- Produto 3.1.3: Relatórios de cada uma das oficinas realizadas, acompanhados de um sumário executivo consolidando o diagnóstico elaborado a partir das escutas territoriais, que subsidiarão os módulos do curso;
- Produto 3.1.4: Desenvolvimento dos conteúdos programáticos do curso e das telas para a plataforma da ENAP;
- Produto 3.1.5: Transmissões ao vivo (lives);
- Produto 3.1.6: Realização da etapa presencial do curso e elaboração dos respectivos relatórios das atividades.

Atividade 3.2: Elaboração de Cadernos Temáticos sobre abordagem com populações vulnerabilizadas (em especial a população em situação de rua), com foco nas pessoas com demandas relacionadas ao uso de substâncias

Colocar a equidade em prática é um desafio permanente e dinâmico, que merece a atenção constante dos serviços. Nesse contexto, o conceito de vulnerabilidade pode nos ajudar a refletir e atuar na perspectiva da equidade. Para Ayres (2009), a vulnerabilidade é constituída por condições estruturais que tornam determinados grupos populacionais mais vulneráveis que outros.

Os conteudistas da formação para a construção dos cadernos temáticos levarão em consideração que tratando-se de populações vulnerabilizadas e com demandas relacionadas ao uso de substâncias, a experiência no campo evidencia a necessidade de cadernos temáticos de abordagem que partam da compreensão de que se trata de uma população que tem constantemente sua vida ameaçada, com os direitos violados e as necessidades negligenciadas, tendo como objetivo que o agente não pareça mais uma ameaça.

Além disso, os cadernos temáticos serão construídos de forma intersetorial envolvendo diversos atores atuantes com públicos vulnerabilizados, além da SENAD, SENASP e FIOCRUZ, (SUAS, MDHC, SUS, CNJ (Comitê Pop Rua Jud), Representante do CIAMP-RUA e Movimentos pop Rua e Meninos e meninas de rua).

Os quatro cadernos temáticos, assim como os conteúdos do curso autoinstrucional, abordarão os seguintes temas: Populações em Situação de Rua; Intersetorialidade; Saúde Mental e Álcool e outras drogas; e Equidade e Promoção de Cidadania.

Produtos relacionados à Atividade 3.2

Produto 3.2.1: Cadernos temáticos de abordagem para populações vulnerabilizadas (em especial a população em situação de rua), com foco nas pessoas com demandas relacionadas ao uso de substâncias;

Serão elaborados materiais promocionais provenientes de recursos organizados antes e durante a formação, tais quais: imagens de relatos dos participantes; conteúdos curtos sobre a temática em formato audiovisual ou escrito pela assessoria técnica; conteúdos curtos sobre a temática em formato audiovisual ou escrito pelos multiplicadores. Os materiais poderão ser divulgados nas páginas oficiais da Fiocruz.

A partir da elaboração dos cadernos temáticos, da disponibilização do curso autoinstrucional e da realização da etapa presencial, será desenvolvido um relatório técnico para cada unidade federativa com sugestões atitudinais com populações vulnerabilizadas, especialmente a população em situação de rua, com foco em pessoas com demandas relacionadas ao uso de substâncias. Após a conclusão do processo formativo serão produzidas cartilhas fundamentadas no diagnóstico resultante das escutas territoriais. Ademais, considerando a formação e a metodologia participativa como uma boa prática, será confeccionado um relatório técnico relatando a experiência desenvolvida.

Produtos relacionados à Atividade 3.3

Produto 3.3.1 – Materiais promocionais para disseminação do conteúdo sobre cadernos temáticos de abordagem para populações vulnerabilizadas (em especial a população em situação de rua), com foco nas pessoas com demandas relacionadas ao uso de substâncias;

Produto 3.3.2 – Vídeos de relatos dos participantes das oficinas territoriais e da etapa presencial do curso;

Produto 3.3.3 – Conteúdos curtos sobre a temática em formato audiovisual, incluindo informações sobre Populações em Situação de Rua; Intersetorialidade; Saúde Mental e Álcool e outras drogas; e Equidade e Promoção de Cidadania;

Produto 3.3.4 – Execução de estratégia de divulgação nas páginas e redes sociais da Fiocruz e do MJSP.

META 3: CRONOGRAMA DAS ETAPAS

Etapa 1: 21 meses

Atividade	Descrição
1. Construção metodológica do conteúdo do curso	Etapa da construção do Projeto Político-Pedagógico que contemple a interação entre os conteudistas com os demais atores envolvidos na formação, incluindo a coordenação geral do projeto, representantes das Guardas Civis Municipais, entre outros, com o objetivo de alinhar expectativas e refletir sobre a metodologia proposta, além de discutir sobre os conteúdos a serem trabalhados ao longo do curso.
2. Oficinas territorializadas	Oficinas territoriais com o propósito de promover a escuta qualificada de profissionais das Guardas Civis Municipais, do SUS e do SUAS. Essas oficinas têm como objetivo principal compreender o nível de articulação entre os setores de segurança pública, saúde e assistência social. O conjunto de 10 oficinas integra uma estratégia voltada à coleta de informações sobre práticas de abordagem a populações vulnerabilizadas já implementadas nos municípios, material que subsidiará o desenvolvimento do curso de formação e a elaboração dos cadernos temáticos. Serão produzidos relatórios de cada uma das oficinas realizadas, acompanhados de um sumário executivo que consolidará o diagnóstico desenvolvido a partir das escutas territoriais.
3. Construção do Curso de formação	Será realizada a estruturação do curso a ser ofertado na modalidade de ensino a distância, com caráter autoinstrucional, como parte integrante do Programa Bolsa-Formação do Pronasci 2, em parceria com a SENASP. Adicionalmente, será desenvolvido o formato presencial, com ênfase no aprimoramento da dimensão atitudinal da aprendizagem, utilizando metodologias ativas, como dramatizações, para promover a aplicação prática dos conteúdos abordados. Essa atividade envolve: i. Contratação de desenvolvedores do design instrucional do curso; ii. Contratação de conteudistas; iii. Elaboração e desenvolvimento de conteúdos e atividades didático-pedagógicas.
4. Cadernos temáticos	Etapa de elaboração dos cadernos temáticos com sugestões atitudinais com populações vulnerabilizadas (em especial a população em situação de rua), com foco nas pessoas com demandas relacionadas ao uso de substâncias.

Etapa 2: 26 meses

Atividade	Descrição
1. Lançamento e acompanhamento do curso auto instrucional.	O lançamento ocorrerá na plataforma com abrangência nacional. Será realizado o acompanhamento dos inscritos e dos presentes no curso, de forma a monitorar a qualidade do curso e a qualificação profissional dos participantes.
2. Realização de transmissões ao vivo (lives)	No decorrer dos módulos, serão realizadas transmissões ao vivo (lives) com o intuito de aprofundar os conhecimentos e dirimir eventuais dúvidas sobre os conteúdos do ciclo autoinstrucional.
3. Etapa presencial do curso de formação	Ao término do ciclo autoinstrucional, será realizada a etapa presencial com foco prioritário no desenvolvimento da dimensão atitudinal da aprendizagem. Essa fase utilizará técnicas como dramatizações de cenas que demandem dos participantes a aplicação prática dos conhecimentos e habilidades abordados em cada módulo. O ciclo presencial será realizado em 10 municípios, os quais serão definidos com base no diagnóstico resultante das escutas territoriais, na demanda identificada na etapa de ensino a distância e na seleção conduzida pela SENAD.
4. Desenvolvimento de estratégias de Produção e Disseminação do Conhecimento – Recursos Educacionais	Serão realizadas a curadoria e análise das ações e oficinas realizadas no projeto. Serão produzidos materiais promocionais, incluindo filmagens de relatos, conteúdos audiovisuais ou escritos elaborados pela equipe técnica. Além disso, será desenvolvido um relatório técnico com sugestões atitudinais com populações vulnerabilizadas, cartilhas baseadas no diagnóstico das escutas territoriais e um relatório técnico relatando a experiência e metodologia participativa adotada. A elaboração e publicação desses materiais serão realizadas para disseminar, em âmbito nacional, as boas práticas e ações implementadas ao longo do projeto.

Meta 4: ARTICULAÇÃO DE POLÍTICA INTRA E INTERSETORIAL ENTRE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASILEIROS PARA INSTALAÇÃO E APOIO DE CENTRO DE ACESSO A DIREITOS E INCLUSÃO SOCIAL (CAIS) VOLTADOS PARA ATENDIMENTO DE POVOS INDÍGENAS

A quarta meta deste projeto objetiva adaptar e instalar um (01) Centro de Acesso a Direitos e Inclusão Social (CAIS) voltados para atendimento de povos e comunidades indígenas. Vale frisar que este projeto está em consonância com as diretrizes do Governo Federal no que concerne à formulação de uma política sobre drogas baseada na promoção de direitos humanos, bem como em relação às diretrizes de fomento à participação social, combate ao racismo e garantia de direitos a grupos em situação de vulnerabilidade.

Conforme demonstrado na justificativa deste projeto, povos indígenas possuem particularidades específicas que demandam a criação de novo modelo de governança, para maior eficácia da implementação de CAIS nesta modalidade. Essa meta visa, portanto, assegurar que o CAIS voltado para estes grupos sirva como um espaço de convivência para estes grupos populacionais assegurando e ampliando o acesso a serviços.

Neste sentido, o CAIS Povos Indígenas atuará como uma ferramenta própria de política pública, por prestar determinados serviços, mas também desempenhará um importante mecanismo de articulação de redes e equipamentos públicos pré-existent nestes territórios, voltados ou não para atendimento específico dos povos indígenas. Em termos de serviços fortalecidos e fornecidos no âmbito do CAIS para indígenas, objetiva-se o atendimento destas populações em cinco frentes estruturantes:

(i) parcerias com as secretarias municipais de Saúde e Distritos Sanitários Especiais Indígenas para qualificação do acolhimento em saúde mental e redução de danos associados a problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas por povos indígenas;

(ii) articulação intersetorial com áreas da educação, assistência social, defensoria pública, segurança pública, institutos indigenistas locais, sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes, dentre outros atores, com vistas à prevenção e enfrentamento de vulnerabilidades e violências associadas ao uso problemático de álcool e outras drogas;

(iii) educação jurídica para que os povos indígenas assistidos tenham acesso à informação qualificada sobre direitos constitucionais, direitos humanos e sobre a Lei de Drogas;

(iv) formação de indígenas como redutores de danos, capazes de atuarem em conjunto com suas comunidades, para acolhimento de indivíduos que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas, a fim de minimizarem os danos causados por este uso;

(v) formações e articulação de atividades de extensão, para que os povos indígenas tenham acesso a cursos e atividades sobre temáticas de interesse dos grupos atendidos, que possibilitem geração de renda e fortalecimento da resiliência comunitária, com valorização dos conhecimentos ancestrais indígenas, promoção de cadeias da sociobioeconomia e sustentabilidade ambiental dos territórios.

Para atingir a Meta 4, têm-se a atuação dos seguintes atores centrais de criação e implementação de CAIS para povos indígenas:

(i) A SENAD, enquanto representante do MJSP e do Governo Federal, que será o órgão responsável pelo fornecimento de recursos, criação, implementação e monitoramento de CAIS voltados para povos indígenas, e

(ii) A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), enquanto órgão responsável pela implementação do CAIS Povos Indígenas através de contratação e formação de equipes competentes e da criação de metodologias para esta política pública, a ser definida em conjunto com a SENAD/MJSP.

A seguir, serão indicadas as atividades presentes no escopo deste projeto.

Atividade 4.1: Mapeamento de (i) necessidades das populações atendidas e (ii) redes de cobertura de políticas públicas presentes nos territórios de instalação do CAIS Povos Indígenas.

Considerando a necessidade de que o CAIS voltado para povos indígenas seja adaptado às demandas da população local e às especificidades dos territórios em que estará situado, propõe-se uma atividade de trabalho em campo, por meio da atuação de antropólogo, para mapear as necessidades dos povos indígenas e a oferta existente de políticas e serviços públicos pertinentes que possam ser fortalecidas pela atuação do CAIS, assim como as lacunas a serem cobertas.

Nesse sentido, espera-se que o profissional contratado conduza entrevistas com as etnias presentes nas localidades a serem atendidas para entender quais são suas demandas e prioridades. Adicionalmente, espera-se que este profissional também promova articulações com o poder público e outros atores locais, que já atuem e prestem serviços de interseção com os objetivos do CAIS.

Estas etapas permitirão melhor adequação dos serviços implementados no CAIS às especificidades locais e das comunidades, visando maior eficácia da política pública.

Produto relacionado à Atividade 4.1.

- **Produto 4.1.1** – Diagnóstico situacional de políticas e serviços públicos existentes no território de implantação do CAIS Povos Indígenas.
- **Produto 4.1.2** – Diagnóstico sobre necessidades e demandas dos povos indígenas no território de implantação do CAIS Povos Indígenas.

Atividade 4.2 Processo formativo de equipe multiprofissional para instalação e atendimentos no CAIS para povos indígenas.

O CAIS Povos Indígenas deve prezar por práticas culturalmente seguras e adequadas, pelo diálogo intercultural e pela autonomia dos povos indígenas. Dessa maneira, faz-se necessário o desenvolvimento de um processo formativo que aborde aspectos de interculturalidade e saúde, políticas públicas e intersectorialidade, redução de danos, dentre outros temas para a conformação do serviço. Para tal prevê-se a realização de oficinas para acolhimento e qualificação inicial dos trabalhadores contratados para o CAIS Povos Indígenas.

Produtos relacionados à Atividade 4.2.

- **Produto 4.2.1** - Oficina de acolhimento e formação dos profissionais contratados para atuação no CAIS para povos indígenas.
- **Produto 4.2.2** Relatório descritivo da oficina de formação realizada.

Atividade 4.3 Acolhimento de demandas e mobilização de ações nos territórios pelas equipes do CAIS Povos Indígenas

Os/as profissionais contratados/as para atuação no CAIS Povos Indígenas terão como atribuições:

- Difundir metodologias e tecnologias sociais para prevenção e redução de danos sobre o uso de álcool e outras drogas.
- Promover formação de agentes indígenas locais como redutores de danos, enquanto atores dentro de suas comunidades capazes de atuarem em conjunto com indivíduos que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas, a fim de minimizarem os danos causados por este uso.
- Promover articulação intersetorial para a qualificação do acesso dos povos indígenas a serviços de saúde mental, assistência social e assistência jurídica.
- Ofertar ações pedagógicas visando educação jurídica e informação qualificada sobre direitos constitucionais e direitos humanos aos povos indígenas.
- Ofertar processos formativos e articular atividades de extensão que possibilitem alternativas econômicas, a partir das necessidades e modos de vida dos povos indígenas, com valorização e reconhecimento dos conhecimentos ancestrais indígenas, promoção de cadeias da sociobiodiversidade e sustentabilidade ambiental dos territórios indígenas.
- Gerenciar, monitorar e sistematizar o cumprimento de objetivos e metas, promovendo o desenvolvimento institucional e a sustentabilidade das ações.

Vale dizer que a quantidade de profissionais de cada especialidade poderá variar a depender do tamanho e da quantidade de pessoas a serem atendidas em cada território e do perfil das demandas com maior urgência de atendimento.

Produtos relacionados à Atividade 4.3

Produto 4.3.1 Relatórios mensais de atendimentos prestados.

Produto 4.3.2 - Relatórios semestrais de avaliação e monitoramento da implementação dos serviços prestados no CAIS Povos Indígenas.

Atividade 4.4 Formação de indígenas como redutores de danos

Esta atividade propõe a capacitação de indígenas na temática de redução de danos dentro da política sobre drogas, prioritariamente focando no acolhimento de jovens e adolescentes. Nesse sentido, busca-se capacitar lideranças, mulheres e jovens adultos indígenas como redutores de danos, adaptar culturalmente práticas de redução de danos e promover a troca de saberes entre comunidades e profissionais da saúde.

Para sua implementação, serão realizados encontros iniciais com lideranças e membros da comunidade para compreender a percepção local sobre usos problemáticos e redução de danos e saúde. Em seguida, serão selecionados membros da comunidade para participarem de formação intensiva como facilitadores/redutores de danos. Esta etapa incluirá a realização de workshops com profissionais da saúde e permitirá o compartilhamento de informações como (i) conceitos básicos da redução de danos, (ii) primeiros socorros e cuidados emergenciais, (iii) estratégias de comunicação e abordagem comunitária, e (iv) discussão sobre os contextos cultural e social das práticas de saúde locais, incluindo trocas de saberes entre profissionais da saúde – que compartilharão conhecimentos sobre redução de danos – e membros da comunidade local – que dialogarão sobre as medicinas indígenas e suas tecnologias de cuidado. No contexto de troca de saberes, os/as especialistas das medicinas indígenas das comunidades e/ou da etnia serão convidados/as - caso não sejam os educandos - para a composição do processo formativo.

Espera-se que, uma vez tendo formado redutores de danos locais, eles possam auxiliar suas próprias comunidades no âmbito da redução de danos gerados por uso prejudicial do álcool e outras drogas, e atuem também como atores capazes de redirecionar demandas mais urgentes para o CAIS e pontos de atenção à saúde, proteção social e de garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Produtos relacionados à Atividade 4.4

- **Produto 4.4.1** - Caderno metodológico sobre redução de danos culturalmente adequado aos povos indígenas assistidos pelo CAIS Povos Indígenas.
- **Produto 4.4.2** - Relatório de realização de ciclos de formação, apontando problemas, desafios, tecnologias e boas práticas identificadas durante as atividades.

Atividade 4.5 Realização de oficinas temáticas sobre desenvolvimento comunitário e territorial e demais temas de interesse das comunidades atendidas voltados à promoção do bem viver.

Esta atividade propõe a realização de oficinas e articulação de atividades de extensão para os povos indígenas adaptadas às necessidades e demandas mapeadas durante a realização da atividade 4.1. deste projeto. Dessa forma, objetiva-se ampliar os conhecimentos e capacidades técnicas de lideranças, jovens e mulheres indígenas e fomentar iniciativas que ampliem a resiliência destas comunidades ante o assédio do narcotráfico e que promovam melhoria de qualidade de vida em seus territórios.

Para sua implementação, serão realizadas cinco oficinas temáticas durante o período de vigência do TED. Dentre os temas trabalhados (e que poderão ser adaptados conforme necessidades e interesses dos atendidos e dos territórios), sugere-se: (i) cadeias sustentáveis; (ii) gestão e elaboração de projetos associativos; (iii) sistemas agrícolas sustentáveis (iv) comercialização de produtos derivados da sociobioeconomia, (v) produção cultural, entre outros.

Serão contratados profissionais nas áreas temáticas de interesse para oferta de cada uma das oficinas. A metodologia será concebida em parceria com a equipe do CAIS e os resultados serão registrados em relatórios.

Vale frisar que a equipe fixa de CAIS nesta modalidade também prestará apoio ao/à profissional contratado/a para facilitação das oficinas temáticas.

Produtos relacionados à Atividade 4.5.

- Produto 4.5.1 - Relatório de sistematização dos resultados de cada oficina, com registros fotográficos e em vídeo das oficinas;
- Produto 4.5.2: Relatório final de avaliação sobre resultados e impactos das oficinas.

Atividade 4.6 Articulação institucional para oferta de atividades de formação e extensão para jovens indígenas junto a instituições de ensino e pesquisa com atuação no território atendido.

Enquanto órgão articulador, espera-se que a equipe do CAIS identifique oportunidades e articule parcerias com instituições de ensino e pesquisa com atuação no território atendido para oferta aos indígenas de oportunidades de formação e envolvimento em projetos de extensão, com atenção especial ao público jovem.

Produtos relacionados à Atividade 4.6

- Produto 4.6.1: Relatório contendo registro das oportunidades identificadas e parcerias firmadas;
- Produto 4.6.2. Relatório trimestral de monitoramento sobre permanência das pessoas que aderiram a atividades formativas e de extensão, com análise dos principais gargalos/fatores que permanecem como obstáculo para sua inclusão nestes espaços.

Atividade 4.7 Realização de oficinas para educação jurídica dos povos indígenas e ações transversais voltadas para o bem-viver, lazer e valorização das culturas indígenas.

A atividade consiste na organização de encontros contínuos com comunidades indígenas assistidas pelo CAIS para orientação sobre direitos humanos, direitos constitucionais, direito penal e questões relacionadas à Lei de Drogas. Além disso, deverão ser apoiadas iniciativas que promovam o lazer, bem-viver e valorizem as culturas dos povos indígenas. Isso poderá ocorrer, por exemplo, por meio da organização de torneios esportivos, oficinas de trocas de experiências culturais, rodas de conversa e promoção de festividades.

Estas atividades serão implementadas em articulação entre as equipes do CAIS e as lideranças das comunidades.

Produtos relacionados à Atividade 4.7.

- Produto 4.7.1: Relatórios trimestrais contendo informações sobre encontros e atividades realizadas, com registros fotográficos e em vídeo.

Atividade 4.8 - Gestão de implementação e sistematização metodológica do CAIS Povos Indígenas

O CAIS Povos Indígenas é uma proposta inovadora que pretende criar um espaço de convivência para os povos indígenas que articula diferentes serviços públicos e redes, com o propósito de promover o bem viver das comunidades, por meio de tecnologias leves que consorciem saúde, educação, cultura, justiça e assistência social na busca pela garantia dos direitos humanos, combate ao racismo e quaisquer formas de discriminação e o fomento à participação social.

Para assegurar a implantação e implementação do CAIS Povos Indígenas, enquanto iniciativa inovadora de base territorial, na articulação de políticas e serviços voltados aos povos indígenas, é indispensável o destacamento de equipe para gestão, gerência, apoio técnico, monitoramento e avaliação. A equipe deverá manter diálogo direto e estreito com a Senad e em consonância com a Estratégia Nacional para Mitigação e Reparação dos Impactos do Tráfico de Drogas sobre Territórios e Populações Indígenas.

Enquanto projeto inovador, sua metodologia de implantação e modo de atuação devem ser sistematizados e avaliados, considerando processos e fluxos estabelecidos, parcerias firmadas, sustentabilidade das iniciativas e lições aprendidas, de forma a possibilitar a replicação da iniciativa em outros territórios, na perspectiva de ampliação dos benefícios alcançados por meio do trabalho realizado no CAIS Povos Indígenas.

Produtos relacionados à Atividade 4.8

Produto 4.8.1 – Relatório analítico-descritivo semestral da implementação do CAIS Povos Indígenas.

Produto 4.8.2 – Relatório final de implementação do CAIS Povos Indígenas.

Produto 4.8.3 – Documento técnico com sistematização metodológica e avaliação da implementação do CAIS Povos Indígenas.

META 4: CRONOGRAMA DAS ETAPAS
Etapa 1: 6 meses

Atividades	Descrição
Atividade 4.1 Mapeamento de (i) necessidades das populações atendidas e (ii) redes de cobertura de políticas públicas presentes nos territórios de instauração do CAIS Povos Indígenas.	Diagnóstico de campo no território onde será instalado o CAIS, identificando equipamentos, serviços públicos e redes existentes nos territórios, assim como potenciais parceiros, incluindo levantamento de problemas e demandas a partir de interlocução com os povos indígenas e demais atores locais.
Atividade 4.2 Processo formativo de equipe multiprofissional para instalação e atendimentos no CAIS Povos Indígenas.	Oficina de acolhimento e formação dos profissionais contratados para atuação no CAIS para povos indígenas

Etapa 2: 6 meses

Atividades	Descrição
Atividade 4.3 Acolhimento de demandas e mobilização de ações no território pela equipe do CAIS Povos Indígenas	Processo de monitoramento das atividades implementadas no CAIS.
Atividade 4.4 Formação de indígenas como redutores de danos	Realização de rodas de escuta, acolhimentos e oficinas para formação de redutores de danos e elaboração de caderno metodológico para formação adequada culturalmente.
Atividade 4.5 Realização de oficinas temáticas sobre desenvolvimento comunitário e territorial e demais temas de interesse das comunidades atendidas voltados à promoção do bem viver.	Identificação de temas de interesse dos povos indígenas em relação a desenvolvimento alternativo e redução de danos e realização de oficinas formativas.

Atividade 4.6 Articulação institucional para oferta de atividades de formação e extensão para jovens indígenas junto a instituições de ensino e pesquisa com atuação no território atendido.	Identificação de oportunidades e articulação de parcerias com instituições de ensino e pesquisa e identificação de gargalos e fatores sobre a permanência dos jovens indígenas nas atividades/oportunidades.
Atividade 4.7 Realização de oficinas voltadas para educação jurídica e ações transversais voltadas para o bem-viver, lazer e valorização das culturas indígenas.	Realização de rodas de conversa e oficinas com os povos indígenas.

Etapa 3: 6 meses

Atividades	Descrição
Atividade 4.8 – Gestão da implementação e sistematização metodológica do CAIS Povos Indígenas	Gestão e implementação do CAIS, sistematização da metodologia de implantação do CAIS para povos indígenas e avaliação.

Meta 5: Gestão e comunicação, transversalidades e Desenvolvimento Educacional

O Projeto "Abordagens Intersetoriais e Integradas para uma Política de Drogas para Pessoas no Brasil" enfrenta desafios complexos em sua execução devido à necessidade de articular diferentes programas e políticas intersetoriais, o que requer um sistema robusto e integrado de planejamento, gestão e avaliação, orientado por diretrizes político-pedagógicas que considerem, de forma abrangente, aspectos de saúde pública, questões sociais, econômicas e de justiça social. Para alcançar seus objetivos, o projeto propõe a criação de indicadores específicos para o monitoramento das ações, a elaboração de diretrizes formativas para capacitar gestores e profissionais, e a promoção de debates críticos sobre a avaliação das políticas de drogas, articulando conhecimento e diálogo entre sociedade civil, agências internacionais e diferentes setores governamentais, assegurando que as políticas sejam inclusivas, eficazes e baseadas em evidências.

Para garantir o sucesso do projeto, é fundamental considerar não apenas os aspectos de saúde pública, mas também as questões sociais, econômicas e de justiça social. Isso se traduz na necessidade de abordar a política de drogas de maneira que envolva diversas esferas de governo, setores da sociedade civil e instituições relevantes. Nessa intersecção, aspectos relacionados ao monitoramento das atividades desenvolvidas pelas ações das Metas precisam ser acompanhados, o que exige apoio formativo, pedagógico, relacionado à criação de indicadores e sistematização de dados com o objetivo de intervir na realidade dos territórios abrangidos pelas metas deste projeto. A articulação com essas diferentes entidades e dimensão de planejamento pode promover uma resposta abrangente, coordenada, eficaz e efetiva no que tange a propostas democráticas de intervenção no campo das drogas, permitindo que o projeto desenvolva estratégias que atendam às necessidades e realidades diversas da população brasileira e que respondam adequadamente à *accountability* e governança estatais.

Além disso, o projeto se beneficia de um diálogo constante com outras iniciativas da Fiocruz e demais instituições parceiras, integrando práticas e saberes numa perspectiva de aprendizagem organizacional. Esse enfoque colaborativo, atento aos indicadores de processo e de impacto das intervenções, é essencial para a construção de uma política de drogas eficaz e sustentável, que possa ser adaptada às mudanças sociais e políticas ao longo do tempo. Neste sentido, o Projeto busca promover uma articulação ampla entre diferentes políticas públicas, fortalecendo um sistema de planejamento, gestão e avaliação que contemple aspectos de saúde pública, sociais, econômicos e de justiça social. Para isso, o projeto propõe a criação de indicadores específicos para o monitoramento das ações no campo da política de drogas e a promoção de um debate crítico sobre a avaliação de políticas de drogas no Brasil, com o objetivo de fortalecer uma abordagem baseada em evidências, na qual as evidências são consideradas em sua validade desde que consoantes aos territórios e realidades nas quais são produzidas. Assim, não se abre mão da relevância da formulação de políticas públicas baseadas em evidências, mas sublinha-se a necessidade da reflexão coerente acerca daquela que conta como "evidência" em diferentes realidades. Além disso, propõe-se a produção de materiais de divulgação científica, como artigos acadêmicos, para disseminar o conhecimento gerado junto à comunidade científica no Brasil e no exterior e fomentar o diálogo com a sociedade civil brasileira, agências internacionais e diferentes setores governamentais.

Para alcançar esses objetivos, o projeto propõe a estruturação de ações transversais que dialoguem com os marcadores sociais das diferenças e com os debates legislativos e conceituais que caracterizam o campo. Isso inclui a consideração das diversas instâncias de formulação da Política Nacional sobre Drogas, como o CONAD, os debates de revisão do PLANAD e o funcionamento do SISNAD. Ademais, prevê-se um diálogo frutífero com a recém-criada Plataforma Integrada de Prevenção Ampliada (PIPA), na medida em que os dados de monitoramento das atividades executadas por este projeto podem ser incorporadas a esse Sistema. Por meio dessas ações, o projeto busca promover a inclusão, equidade e justiça, garantindo que as políticas de drogas no Brasil sejam justas, eficazes e baseadas em evidências.

Atividade 5.1 - Planejamento e Gestão: Desenvolver estratégias de planejamento, monitoramento e gestão é fundamental para garantir a eficácia das ações do projeto. Isso inclui a definição de objetivos claros, a criação de indicadores produtivos, a identificação de recursos necessários e a elaboração de planos de ação detalhados para implementar as diretrizes político-pedagógicas. Para tanto, serão desenvolvidas ferramentas específicas para o planejamento de cada etapa, considerando os territórios de atuação do projeto. Além disso, haverá um cuidadoso processo de seleção de pessoal, visando a formação de equipes multidisciplinares e capacitadas para lidar com os desafios da política de drogas no que tange às ações de planejamento, monitoramento e gestão das atividades nesse campo. A integração dessas equipes será promovida através de estratégias eficazes de comunicação e trabalho em conjunto. Ademais, a avaliação constante das atividades do projeto é crucial para monitorar seu progresso, identificar desafios e oportunidades de melhoria. Isso permite ajustes e correções de rumo ao longo do caminho, garantindo que as ações sejam efetivas e alcancem os resultados esperados. Por seu turno, a sustentabilidade das ações, considerando que a política sobre drogas é marcada por dissensos e disputas políticas, epistemológicas, éticas e morais, exige uma menção constante com o posicionamento institucional da SENAD, razão pela qual o Projeto requer o desenvolvimento de estratégias de comunicação e de construção de narrativas. A revisão de materiais e a integração de estratégias de análise de dados, monitoramento e avaliação garantirão que o projeto esteja constantemente avaliando seu impacto e fazendo os ajustes necessários para alcançar seus objetivos. Por fim, esta atividade será responsável por garantir a transparência e a *accountability* do projeto. Serão elaborados relatórios periódicos de avaliação que apresentarão os resultados alcançados e os desafios enfrentados. O acompanhamento de reuniões virtuais e presenciais em Brasília e nos estados permitirá que o projeto esteja sempre alinhado com as políticas e diretrizes estabelecidas pelos órgãos competentes. O controle orçamentário garantirá que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e transparente, contribuindo para a credibilidade e o sucesso do projeto. Em conjunto, essas atividades fornecerão uma base sólida para o planejamento, implementação e avaliação das ações do projeto, garantindo sua eficácia e impacto positivo na política de drogas no Brasil.

Produtos relacionados à atividade 5.1

- **Produto 5.1.1.** Relatório que delineia as estratégias de planejamento e gestão para garantir a eficácia das ações do projeto.
- **Produto 5.1.2.** Desenvolvimento de instrumentos para a avaliação constante das atividades do projeto, incluindo indicadores de progresso e desempenho.
- **Produto 5.1.3.** Relatórios regulares que documentam o progresso do projeto, identificam desafios e oportunidades de melhoria.
- **Produto 5.1.4.** Documentos que formalizam as políticas e diretrizes institucionais em relação à gestão e comunicação do projeto.
- **Produto 5.1.5.** Publicações periódicas que mantêm os atores informados sobre o progresso, desafios e resultados do projeto.

Atividade 5.2 - Transversalidades: As atividades do Projeto estão em estreita articulação com o conjunto de iniciativas da SENAD e em diálogo permanente com as ações institucionais da Fiocruz. Envolver diferentes esferas de governo, setores da sociedade civil e instituições relevantes é essencial para promover uma resposta abrangente e coordenada à questão das drogas. Por esta razão, propõe-se a estruturação de ações transversais que dialoguem com os marcadores sociais das diferenças e com os debates legislativo e conceitual que caracterizam o campo, especialmente no que diz respeito às diversas instâncias de formulação da Política Nacional, incluindo o CONAD, os debates de revisão do PLANAD e o próprio funcionamento do SISNAD.

Ademais, no âmbito das transversalidades inerentes à política de drogas, há previsão da criação de indicadores e uma discussão crítica sobre o monitoramento das ações no campo da política de drogas atrelado.

Sendo assim, as ações transversais dizem respeito à integração dos produtos deste projeto às iniciativas institucionais da SENAD. Elas envolvem:

- Apoio à produção de notas técnicas para subsidiar o posicionamento jurídico sobre o alcance do projeto quanto a temas relacionados à política sobre drogas, abordagens intersetoriais, acesso a direitos, direitos humanos e outros assuntos considerados relevantes;

- Apoio à produção de notas técnicas de manifestações quanto a projetos de lei em tramitação, bem como demais abordagens junto ao Poder Legislativo que sejam consideradas essenciais para a condução da política sobre drogas, com produção de materiais de apoio nas audiências públicas e reuniões de comissões legislativas estratégicas.
- Apoio à coordenação e direção do projeto na análise de dados do diagnóstico situacional da política sobre drogas e na proposição de estratégias de aprimoramento da política, bem como na elaboração de estratégias de aproximação com atores do sistema de justiça criminal, a partir da produção de relatórios estratégicos, condução de reuniões, produção de relatórios, roteiros de discursos e demais materiais de apoio necessários.
- Apoio à equipe do projeto na identificação de atores internacionais relevantes para promover trocas de boas experiências e intercâmbios técnicos nas suas diversas áreas de atuação;
- Apoio em trâmites burocráticos relacionados à assessoria internacional, como: produção de documentos orientadores, mapeamentos de discussões e encontros estratégicos, articulação com atores-chaves relevantes de organismos internacionais e fóruns internacionais da temática de drogas, apoio nas missões internacionais para difusão dos resultados do projeto;
- Apoio na realização de diálogos institucionais com órgãos públicos e organizações da sociedade civil para produzir subsídios para modelo regulatório para aplicação da lei de drogas;
- Produção de pareceres e relatórios que subsidiem a elaboração de modelo regulatório para aplicação da lei de drogas;
- Realização de diálogos intersetoriais e coleta de informações relativas às unidades federativas para elaboração do novo PLANAD;
- Produção de subsídios, pareceres e relatórios para estruturação das ações do projeto na perspectiva da justiça étnico-racial.

Produtos relacionados à atividade 5.2

- **Produto 5.2.1.** Documento que identifica e descreve os principais atores e iniciativas relacionadas à questão das drogas, incluindo esferas de governo, sociedade civil e instituições relevantes.
- **Produto 5.2.2.** Estratégia detalhada que integra as atividades do projeto com as iniciativas da SENAD, Fiocruz e outras instituições, promovendo ações coordenadas. – Plano intersetorial
- **Produto 5.2.3.** Documento que formaliza as políticas e diretrizes para a implementação de ações transversais, garantindo alinhamento e coordenação entre diferentes atores.
- **Produto 5.2.4.** Documentos que avaliam o impacto das ações transversais na política sobre drogas e nos marcadores sociais das diferenças, demonstrando os resultados alcançados.
- **Produto 5.2.5.** Relatório com indicadores de avaliação e monitoramento para políticas intersetoriais sobre drogas.
- **Produto 5.2.6.** Relatório de sistematização das discussões e recomendações sobre monitoramento.
- **Produto 5.2.7.** Artigos e materiais de comunicação voltados para diversos públicos (gestores, profissionais, sociedade civil).

Atividade 5.3 - Comunicação e Desenvolvimento Educacional: Estabelecer diretrizes político-pedagógicas é fundamental para orientar as abordagens adotadas no projeto. Isso inclui definir princípios norteadores, metodologias de trabalho e valores fundamentais que devem permear todas as atividades desenvolvidas. Essa frente de atuação articula-se diretamente com as iniciativas científicas da Fiocruz e permite incorporar práticas e saberes, numa perspectiva de aprendizagem organizacional. Nesta atividade, será realizada uma análise aprofundada dos sistemas e políticas que possuem interface com o campo da política de drogas, tais como o sistema de justiça, iniciativas de prevenção e a segurança pública, com o desenvolvimento de estudos que estabeleçam parâmetros objetivos para avaliar sua eficácia no contexto da política de drogas. Além disso, serão elaboradas pautas específicas que abordem a interseção entre políticas de drogas e questões raciais e de gênero, visando à promoção da equidade e o combate à discriminação. Ações para institucionalização dos produtos deste projeto serão levadas a cabo por meio da equipe do Núcleo de Saúde Mental da Fiocruz. Também serão desenvolvidos materiais didáticos para cursos, materiais informativos, apostilas e cartilhas, voltados para profissionais e agentes envolvidos na política de drogas, utilizando um repositório de boas práticas como base. Esses cursos terão como foco as ações prioritárias identificadas, como os direitos humanos, a redução de danos e o fortalecimento do SUS. O apostilamento das ações prioritárias garantirá que os interessados tenham acesso a informações relevantes e atualizadas, capacitando-os para lidar de forma eficaz com os desafios da política de drogas.

Produtos relacionados à atividade 5.3

- **Produto 5.3.1** Documento que define os princípios norteadores, metodologias de trabalho, ementa e valores fundamentais que orientam todas as atividades do projeto.
- **Produto 5.3.2** Guia detalhado que descreve as metodologias de trabalho adotadas no projeto, incluindo abordagens pedagógicas, técnicas de ensino e práticas de aprendizagem.
- **Produto 5.3.3** Cursos e workshops destinados à formação e capacitação dos membros do projeto e parceiros institucionais, focando nas diretrizes político-pedagógicas e metodologias de trabalho.
- **Produto 5.3.4** Instrumentos para avaliar a eficácia das abordagens educacionais e pedagógicas adotadas, permitindo ajustes e melhorias contínuas.

META 5: CRONOGRAMA DAS ETAPAS

Etapa 1: 6 meses	
Atividades	Descrição
1. Seleção de equipes de coordenação	Selecionar profissionais para gestão e coordenação do projeto
2. Estratégias de planejamento e gestão	Desenvolver estratégias de planejamento e gestão para garantir a eficácia das ações do projeto
3. Desenvolvimento de instrumentos para a avaliação constante das atividades do projeto	Instrumentos para monitorar seu progresso, identificar desafios e oportunidades de melhoria
4. Documentar o progresso do projeto	Elaboração de relatórios regulares
5. Elaborar as políticas e diretrizes institucionais em relação à gestão e comunicação do projeto	Produzir manual de gestão e de marca/comunicação

Etapa 2: 6 meses	
Atividades	Descrição
6. Documentar o progresso do projeto	Elaboração de relatórios regulares
7. Identificar e descrever os principais atores e iniciativas relacionadas à questão das drogas	Produzir documento técnico com descrição de atores-chave para desenvolvimento de novo PLANAD e integração em decisões do CONAD
8. Desenvolvimento do material educacional do projeto	Produzir documento que defina os princípios norteadores, metodologias de trabalho, ementa e valores fundamentais que orientam todas as atividades educacionais do projeto

9. Desenvolvimento de parâmetros intersetoriais	Produzir documento que formaliza políticas e diretrizes para a implementação de ações transversais
10. Desenvolvimento de matriz metodológica do projeto	Produzir documento que descreve as metodologias de trabalho adotadas no projeto, incluindo abordagens pedagógicas
11. Comunicação interna	Publicações periódicas que mantenham todos os atores informados sobre o progresso, desafios e resultados do projeto
12. Plano intersetorial	Elaborar estratégia detalhada que integra as atividades do projeto com as iniciativas da SENAD, Fiocruz e outras instituições, promovendo ações coordenadas

Etapa 3: 6 meses	
Atividades	Descrição
13. Documentar o progresso do projeto	Elaboração de relatórios regulares
14. Desenvolvimento de equipe	Cursos e workshops destinados à formação e capacitação dos membros do projeto e parceiros institucionais
15. Monitoramento das ações transversais	Documentos que avaliam o impacto das ações transversais na política sobre drogas e nos marcadores sociais das diferenças
16. Monitoramento das ações pedagógicas	Instrumentos para avaliar a eficácia das abordagens educacionais e pedagógicas adotadas
17. Plataforma de conhecimento	Ambiente digital que facilite o compartilhamento de conhecimentos

Etapa 4: 6 meses	
Atividades	Descrição
18. Documentar o progresso do projeto	Elaboração de relatórios regulares
19. Avaliação	Produzir relatórios de avaliação de todas as metas

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED

A solicitação de aditivo ao **Projeto TED nº 04/2023**, intitulado *“Abordagens intersetoriais e integradas para uma Política de Drogas para Pessoas no Brasil”*, O presente aditivo, com respaldo no **Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020**, busca ajustar o orçamento e ampliar o escopo do projeto, resultando na adequação do valor total de **R\$ 23.512.484,73** para **R\$ 32.916.695,61**, representando um incremento global de **39,98%**, ou seja **R\$ 9.404.210,88**.

O **Decreto nº 10.426/2020** prevê, em seu **Art. 10, § 2º**, a possibilidade de aditivos em Termos de Execução Descentralizada (TED) nos seguintes casos: **Alteração do valor pactuado** em razão de necessidades técnicas e operacionais; **Inclusão de novas metas ou ajustes no escopo**, desde que devidamente fundamentados e demonstrados os impactos na execução do objeto.

Neste contexto, o presente aditivo atende aos critérios legais ao propor ajustes no orçamento para **ampliação do alcance territorial e inclusão de ações estratégicas adicionais**. A expansão das metas existentes e a criação de novas metas refletem a necessidade de fortalecer as ações já pactuadas, responder a demandas emergentes identificadas durante a execução do projeto e garantir a entrega de resultados mais robustos e integrados, alinhados aos objetivos originais do TED.

Justificativa Detalhada das Metas

Meta 1 – Disseminação de estratégias de prevenção do uso de substâncias psicoativas com base em evidências

A Meta 1 visa implementar metodologias preventivas baseadas em evidências nos âmbitos familiar e escolar, com foco nos programas Famílias Fortes, Elos – Construindo Coletivos e #Tamojunto. O escopo foi ampliado de 30 para 62 municípios, distribuídos nas 27 unidades da federação. Esse aumento territorial demanda investimentos adicionais em capacitação técnica, produção de materiais pedagógicos, logística de implementação e monitoramento contínuo. O incremento de 20,58%, equivalente a **R\$ 1.641.406,27**, é essencial para garantir a qualidade e a fidelidade da execução das atividades. Com isso, a Meta 1 passa a representar **29,22% do orçamento total do projeto**.

Meta 2 – Articulação intra e intersetorial entre o Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e integração do sistema de justiça criminal e das políticas penais para ampliar o acesso a direitos sociais e a responsabilização adequada e proporcional, em consonância com as diretrizes e objetivos do SISNAD

A Meta 2 continua com foco na integração das políticas públicas de saúde, assistência social e justiça criminal. Suas atividades incluem a elaboração de diagnósticos situacionais e planos de ação estaduais, além da articulação intersetorial com todas as 27 unidades federativas, promovendo fluxos de atendimento eficientes e qualificados. O incremento de **6,51%**, equivalente a **R\$ 594.435,34**, é essencial para garantir a qualidade e a fidelidade da execução das atividades. Com isso, a Meta 2 passa a representar **29,55% do orçamento total do projeto**.

Meta 3 – Qualificação de gestores e profissionais para abordar e atuar com populações vulnerabilizadas, com foco nas pessoas com demandas relacionadas ao uso de substâncias.

A Meta 3 também não apresenta mudanças em seu escopo e segue seu objeto de formar e capacitar profissionais e gestores para atuarem com as pessoas mais vulneráveis. A meta contempla o desenvolvimento de planos de formação específicos, capacitações especializadas e assessorias técnicas, garantindo a integração de serviços de saúde, assistência social e justiça. Seu escopo representa **19,45% do total**, assegurando a continuidade das atividades pactuadas.

Meta 4 – Articulação de política intra e intersetorial entre organizações da sociedade civil, estados e municípios brasileiros para instalação e apoio de centros de acesso a direitos e inclusão social (CAIS) voltados para atendimento de povos indígenas.

A criação da Meta 4 foi proposta para atender às demandas de territórios identificados para execução do projeto-piloto de criação e implantação de CAIS específicos para povos indígenas. A meta promoverá estratégias de redução de danos, formação de agentes locais e articulação intersetorial com base em diretrizes fundamentais. O orçamento destinado é de **R\$ 2.459.430,00**, equivalente a **7,47% do total**.

Meta 5 – Gestão e comunicação, transversalidades e Desenvolvimento Educacional

A Meta 5, também proposta neste aditivo, visa fortalecer a gestão, monitoramento e comunicação do projeto. As ações incluem a produção de instrumentos de avaliação, desenvolvimento de mecanismos de transparência e publicização dos resultados alcançados. O orçamento alocado é de **R\$ 4.708.939,27** representando **14,31% do total**.

Impacto Global das Alterações Propostas

O aditivo financeiro solicitado permitirá intervenções mais robustas, qualificadas e territorializadas, sem impactar o orçamento das Metas 2 e 3. A nova configuração orçamentária é apresentada abaixo:

Distribuição da Suplementação de Valor				
Meta	Valor Total (R\$) Atual	Aditivo	Valor Total (R\$) Após Supl.	Acréscimo (%)
1	R\$ 7.976.402,82	R\$ 1.641.406,27	R\$ 9.617.809,09	20,58%

2	R\$ 9.132.515,40	R\$ 594.435,34	R\$ 9.726.950,74	6,51%
3	R\$ 6.403.566,51	R\$ 0,00	R\$ 6.403.566,51	0%
4	–	R\$ 2.459.430,00	R\$ 2.459.430,00	07,47% (da supl.)
5	–	R\$ 4.708.939,27	R\$ 4.708.939,27	14,31% (da supl.)
Valor Global	R\$ 23.512.484,73	R\$ 9.404.210,88	R\$ 32.916.695,61	39,98%

Impacto Global das Alterações Propostas

Meta	Valor Total (R\$) Atual	%	Valor Total (R\$) Após Supl.	%
1	R\$ 7.976.402,82	33,92%	R\$ 9.617.809,09	29,22%
2	R\$ 9.132.515,40	38,84%	R\$ 9.726.950,74	29,55%
3	R\$ 6.403.566,51	27,24%	R\$ 6.403.566,51	19,45%
4	–	–	R\$ 2.459.430,00	7,47%
5	–	–	R\$ 4.708.939,27	14,31%
Valor Global	R\$ 23.512.484,73	100%	R\$ 32.916.695,61	100%

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

- () Sim
(X) Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

- () Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.
() Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.
(X) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

- (X) Sim
() Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

1. ISS – Imposto sobre serviços: R\$ 658.333,91 – 2%
2. Despesa Operacional Administrativa (DOA FIOTEC): R\$ 2.949.125,79 – 8,96%

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Qnt	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
META 1	Disseminação de estratégias de prevenção do uso de substâncias psicoativas com base em evidências.	Porcentagem (%)	100%	R\$ 9.617.809,09	R\$ 9.617.809,09	24/10/2023	24/04/2026
Atividade 1.1	Atualização dos materiais de referência das metodologias de prevenção.	Porcentagem (%)	100%	R\$ 3.108.475,90	R\$ 3.108.475,90	24/10/2023	24/12/2025
Produto 1.1.1	Relatório de atualização de termos e linguagem escrita					24/10/2023	24/04/2025
Produto 1.1.2	Portfólio de novas ilustrações					24/11/2023	24/12/2025
Produto 1.1.3	Produtos diagramados e com design atualizado para publicação					24/10/2025	24/12/2025
Atividade 1.2	Modelo de implementação das metodologias	Porcentagem (%)	100%	R\$ 3.271.016,87	R\$ 3.271.016,87	24/10/2023	24/12/2025
Produto 1.2.1	Guia de implementação das metodologias de prevenção					24/10/2023	24/12/2024
Produto 1.2.2	Matriz de conteúdos e métodos para formação inicial dos atores relevantes para implementação das metodologias de prevenção					24/10/2023	24/11/2025
Produto 1.2.3	Instrumento de diagnóstico de localidades para implementação das metodologias					24/10/2025	24/12/2025
Atividade 1.3	Disseminação das metodologias para 62 municípios nas 27 unidades da federação	Porcentagem (%)	100%	R\$ 3.238.316,32	R\$ 3.238.316,32	24/10/2023	24/04/2026
Produto 1.3.1	Manual de monitoramento da implementação e de fidelidade dos processos					24/10/2023	24/04/2026
Produto 1.3.2	Relatório da oferta de formação para os múltiplos atores envolvidos na implementação					24/10/2023	24/04/2026
Produto 1.3.3	Relatório do alcance de implementação nos 62 municípios das 27 unidades da federação					24/10/2025	24/04/2026
META 2	Articulação intra e intersetorial entre o Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e integração do sistema de justiça criminal e das políticas penais para ampliar o acesso a direitos sociais e a responsabilização adequada e proporcional, em consonância com as diretrizes e objetivos do SISNAD	Porcentagem (%)	100%	R\$ 9.726.950,74	R\$ 9.726.950,74	24/08/2024	24/04/2026
Atividade 2.1	Realização de panorama nacional de políticas intersetoriais sobre drogas	Porcentagem (%)	100%	R\$ 6.151.323,65	R\$ 6.151.323,65	24/08/2024	24/04/2026
Produto 2.1.1	Diagnóstico Situacional da Política sobre Drogas em âmbito local para cada unidade da federação, contendo recomendações e diretrizes para o fortalecimento das políticas sobre drogas em cada área setorial					24/08/2024	24/04/2026
Atividade 2.2	Planos de Ação e Ciclos de Formação Estaduais	Porcentagem (%)	100%	R\$ 3.575.627,09	R\$ 3.575.627,09	24/03/2025	24/04/2026
Produto 2.2.1	Guia Estratégico de Fluxo Intersetorial entre Justiça Criminal, Serviços Penais e Políticas sobre Drogas, conforme marco normativo e técnico nacional e internacional					24/03/2025	24/04/2026
Produto 2.2.2	Projeto pedagógico de capacitação das equipes dos serviços penais					24/03/2025	24/04/2026
Produto 2.2.3	Manual com Parâmetros Objetivos para atuação de profissionais que lidam com a aplicação da Lei de Drogas					24/03/2025	24/04/2026

Produto 2.2.4	Relatórios descritivos e analíticos sobre execução de atividades formativas (execução do projeto pedagógico).					24/03/2025	24/04/2026
META 3	Qualificação de gestores e profissionais para abordar e atuar com populações vulnerabilizadas, com foco nas pessoas com demandas relacionadas ao uso de substâncias	Percentagem (%)	100%	R\$ 6.403.566,51	R\$ 6.403.566,51	24/10/2023	24/04/2026
Atividade 3.1	Curso de Formação para profissionais da segurança pública	Percentagem (%)	100%	R\$ 4.197.899,78	R\$ 4.197.899,78	24/10/2023	24/04/2026
Produto 3.1.1	Projeto político-pedagógico para desenvolvimento do curso					24/10/2023	24/05/2024
Produto 3.1.2	Relatório das experiências de boas práticas na abordagem a populações vulneráveis que subsidiarão os módulos do curso					24/02/2024	24/11/2025
Produto 3.1.3	Relatórios de cada uma das oficinas realizadas, acompanhados de um sumário executivo consolidando o diagnóstico elaborado a partir das escutas territoriais, que subsidiarão os módulos do curso.					24/04/2024	24/08/2024
Produto 3.1.4	Lives com os conteudistas e outros convidados que ficarão gravadas para a plataforma EAD					24/05/2024	24/11/2025
Produto 3.1.5	Transmissões ao vivo (lives)					24/05/2024	24/11/2025
Produto 3.1.6	Realização da etapa presencial do curso e elaboração dos respectivos relatórios das atividades					24/10/2025	24/04/2026
Atividade 3.2	Elaboração de Cadernos Temáticos sobre abordagem com populações vulnerabilizadas (em especial a população em situação de rua), com foco nas pessoas com demandas relacionadas ao uso de substâncias.	Percentagem (%)	100%	R\$ 872.417,79	R\$ 872.417,79	24/05/2024	24/11/2025
Produto 3.2.1	Cadernos temáticos com diretrizes de abordagem voltadas a populações vulnerabilizadas (em especial a população em situação de rua), com foco nas pessoas com demandas relacionadas ao uso de substâncias					24/05/2024	24/11/2025
Atividade 3.3	Desenvolvimento de estratégias de produção e disseminação do conhecimento – Recursos educacionais.	Percentagem (%)	100%	R\$ 1.333.248,94	R\$ 1.333.248,94	24/05/2024	24/04/2026
Produto 3.3.1	Materiais promocionais para disseminação de conteúdo sobre cadernos temáticos de abordagem voltados a populações vulnerabilizadas (em especial, a população em situação de rua), com foco nas pessoas com demandas relacionadas ao uso de substâncias.					24/05/2024	24/11/2025
Produto 3.3.2	Vídeos de relatos dos participantes das oficinas territoriais e da etapa presencial do curso					24/05/2024	24/04/2026
Produto 3.3.3	Conteúdos curtos sobre a temática em formato audiovisual, incluindo informações sobre populações em situação de rua, intersetorialidade, saúde mental e álcool e outras drogas, equidade e promoção de cidadania.					24/05/2024	24/04/2026
Produto 3.3.4	Execução de estratégia de divulgação nas páginas e redes sociais da Fiocruz e do MJSP.					24/02/2024	24/04/2026
META 4	Articulação de política intra e intersetorial entre organizações da sociedade civil, estados e municípios brasileiros para instalação e apoio de Centro de Acesso a Direitos e Inclusão Social (CAIS) voltados para o atendimento de povos indígenas.	Percentagem (%)	100%	R\$ 2.459.430,00	R\$ 2.459.430,00	24/10/2025	24/04/2026
Atividade 4.1	Mapeamento de (i) necessidades das populações atendidas e (ii) redes de cobertura de políticas públicas presentes nos territórios de instalação do CAIS Povos Indígenas.	Percentagem (%)	100%	R\$ 359.430,00	R\$ 359.430,00	24/10/2025	24/04/2026
Produto 4.1.1.	Diagnóstico situacional de políticas e serviços públicos existentes no território de implantação do CAIS Povos Indígenas.					24/10/2025	24/04/2026
Produto 4.1.2.	Diagnóstico sobre necessidades e demandas dos povos indígenas no território de implantação do CAIS Povos Indígenas.					24/10/2025	24/04/2026
Atividade 4.2	Processo formativo de equipe multiprofissional para instalação e atendimentos no CAIS para povos indígenas	Percentagem (%)	100%	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	24/10/2025	24/04/2026
Produto 4.2.1	Oficina de acolhimento e formação dos profissionais contratados para atuação no CAIS para povos indígenas.					24/10/2025	24/04/2026
Atividade 4.3	Acolhimento de demandas e mobilização de ações nos territórios pelas equipes do CAIS Povos Indígenas	Percentagem (%)	100%	R\$ 180.000,00	R\$ 180.000,00	24/10/2025	24/04/2026
Produto 4.3.1	Relatórios mensais de atendimentos prestados.					24/10/2025	24/04/2026
Produto 4.3.2	Relatórios semestrais de avaliação e monitoramento da implementação dos serviços prestados no CAIS Povos Indígenas					24/10/2025	24/04/2026
Atividade 4.4	Formação de indígenas como redutores de danos	Percentagem (%)	100%	R\$ 350.000,00	R\$ 350.000,00	24/10/2025	24/04/2026
Produto 4.4.1	Caderno metodológico sobre redução de danos culturalmente adequado aos povos indígenas assistidos pelo CAIS Povos Indígenas.					24/10/2025	24/04/2026
Produto 4.4.2	Relatório de realização de ciclos de formação, apontando problemas, desafios, tecnologias e boas práticas identificados durante as atividades.					24/10/2025	24/04/2026
Atividade 4.5	Realização de oficinas temáticas sobre desenvolvimento comunitário e territorial e demais temas de interesse das comunidades atendidas voltados à promoção do bem viver.	Percentagem (%)	100%	R\$ 650.000,00	R\$ 650.000,00	24/10/2025	24/04/2026
Produto 4.5.1	Relatório de sistematização dos resultados de cada oficina, com registros fotográficos e em vídeo das oficinas					24/10/2025	24/04/2026
Produto 4.5.2	Relatório final de avaliação sobre resultados e impactos das oficinas					24/10/2025	24/04/2026
Atividade 4.6	Articulação institucional para oferta de atividades de formação e extensão para jovens indígenas junto a instituições de ensino e pesquisa com atuação no território atendido	Percentagem (%)	100%	R\$ 240.000,00	R\$ 240.000,00	24/10/2025	24/04/2026
Produto 4.6.1	Relatório contendo registro das oportunidades identificadas e parcerias firmadas					24/10/2025	24/04/2026
Produto 4.6.2	Relatório trimestral de monitoramento sobre permanência das pessoas que aderiram a atividades formativas e de extensão, com análise dos principais gargalos/fatores que permanecem como obstáculo para sua inclusão nestes espaços					24/10/2025	24/04/2026
Atividade 4.7	Realização de oficinas para educação jurídica dos povos indígenas e ações transversais voltadas para o bem-viver, lazer e valorização das culturas indígenas.	Percentagem (%)	100%	R\$ 240.000,00	R\$ 240.000,00	24/10/2025	24/04/2026
Produto 4.7.1	Relatórios trimestrais contendo informações sobre encontros e atividades realizadas, com registros fotográficos e em vídeo.					24/10/2025	24/04/2026
Atividade 4.8	Gestão de implementação e sistematização metodológica do CAIS Povos Indígenas	Percentagem (%)	100%	R\$ 240.000,00	R\$ 240.000,00	24/10/2025	24/04/2026
Produto 4.8.1	Relatório analítico-descritivo semestral da implementação do CAIS Povos Indígenas.					24/10/2025	24/04/2026
Produto 4.8.2	Relatório final de implementação do CAIS Povos Indígenas.					24/10/2025	24/04/2026
Produto 4.8.3	Documento técnico com sistematização metodológica e avaliação da implementação do CAIS Povos Indígenas.					24/10/2025	24/04/2026
META 5	Gestão e comunicação, transversalidades e Desenvolvimento Educacional	Percentagem (%)	100%	R\$ 4.708.939,27	R\$ 4.708.939,27	24/10/2025	24/04/2026
Atividade 5.1	Planejamento e Gestão:	Percentagem (%)	100%	R\$1.309.120,00	R\$ 1.309.120,00	24/10/2025	24/04/2026
Produto 5.1.1	Relatório que delinea as estratégias de planejamento e gestão para garantir a eficácia das ações do projeto.					24/10/2025	24/04/2026
Produto 5.1.2	Desenvolvimento de instrumentos para a avaliação constante das atividades do projeto, incluindo indicadores de progresso e desempenho.					24/10/2025	24/04/2026
Produto 5.1.3	Relatórios regulares que documentam o progresso do projeto, identificam desafios e oportunidades de melhoria.					24/10/2025	24/04/2026
Produto 5.1.4	Documentos que formalizam as políticas e diretrizes institucionais em relação à gestão e comunicação do projeto.					24/10/2025	24/04/2026
Produto 5.1.5	Publicações periódicas que mantêm os atores informados sobre o progresso, desafios e resultados do projeto.					24/10/2025	24/04/2026
Atividade 5.2	Transversalidades	Percentagem (%)	100%	R\$ 1.068.929,21	R\$ 1.068.929,21	24/10/2025	24/04/2026
Produto 5.2.1	Documento que identifica e descreve os principais atores e iniciativas relacionadas à questão das drogas, incluindo esferas de governo, sociedade civil e instituições relevantes.					24/10/2025	24/04/2026
Produto 5.2.2	Estratégia detalhada que integra as atividades do projeto com as iniciativas da SENAD, Fiocruz e outras instituições, promovendo ações coordenadas. - Plano intersetorial					24/10/2025	24/04/2026
Produto 5.2.3	Documento que formaliza as políticas e diretrizes para a implementação de ações transversais, garantindo alinhamento e coordenação entre os diferentes atores.					24/10/2025	24/04/2026

Produto 5.2.4	Documentos que avaliam o impacto das ações transversais na política sobre drogas e nos marcadores sociais das diferenças, demonstrando os resultados alcançados.					24/10/2025	24/04/2026
Produto 5.2.5	Relatório com indicadores de avaliação e monitoramento para políticas intersetoriais sobre drogas					24/10/2025	24/04/2026
Produto 5.2.6	Relatório de sistematização das discussões e recomendações sobre monitoramento.					24/10/2025	24/04/2026
Produto 5.2.7	Artigos e materiais de comunicação voltados para diversos públicos (gestores, profissionais, sociedade civil).					24/10/2025	24/04/2026
Atividade 5.3	Comunicação e Desenvolvimento Educacional	Percentagem (%)	100%	R\$ 2.330.890,06	R\$ 2.330.890,06	24/10/2025	24/04/2026
Produto 5.3.1	Documento que define os princípios norteadores, metodologias de trabalho, ementa e valores fundamentais que orientam todas as atividades do projeto.					24/10/2025	24/04/2026
Produto 5.3.2	Guia detalhado que descreve as metodologias de trabalho adotadas no projeto, incluindo abordagens pedagógicas, técnicas de ensino e práticas de aprendizagem.					24/10/2025	24/04/2026
Produto 5.3.3	Cursos e workshops destinados à formação e capacitação dos membros do projeto e parceiros institucionais, focando nas diretrizes político pedagógicas e metodologias de trabalho.					24/10/2025	24/04/2026
Produto 5.3.4	Instrumentos para avaliar a eficácia das abordagens educacionais e pedagógicas adotadas, permitindo ajustes e melhorias contínuas.					24/10/2025	24/04/2026

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR
Nov/2023	R\$ 2.290.259,17
Fev/2024	R\$ 5.725.647,92
Jun/2024	R\$ 3.128.462,08
Jan/2025	R\$ 6.500.000,00
Jul/2025	R\$ 5.029.197,00
Jan/2026	R\$ 6.370.803,00
Fev/2026	R\$ 3.694.843,00
Mar/2026	R\$ 177.483,44
Total	R\$ 32.916.695,61

Os desembolsos serão realizados em conformidade com o cronograma e com os Decretos de Programação Orçamentária e Financeira (DPOF).

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO (R\$)
339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	NÃO	R\$ 29.309.235,91
339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SIM	R\$ 3.607.459,70
TOTAL	-	R\$ 32.916.695,61

12. PROPOSIÇÃO

Rio de Janeiro/RJ, na data da assinatura.

(assinado eletronicamente)

MÁRIO SANTOS MOREIRA

Presidente da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

13. APROVAÇÃO

Brasília/DF, na data da assinatura.

(assinado eletronicamente)

MARTA RODRIGUEZ DE ASSIS MACHADO

Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos – Ministério da Justiça e Segurança Pública



Documento assinado eletronicamente por **Marta Rodriguez de Assis Machado, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos**, em 13/10/2025, às 16:06, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARIO SANTOS MOREIRA, Usuário Externo**, em 25/10/2025, às 05:37, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **33216206** e o código CRC **1DED633C**. O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.